



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**ESTUDO SOBRE ABUSOS SEXUAIS DE CRIANÇAS
EM PORTUGAL
(ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DOS 18-25
ANOS)**

Inês Figueira Almeida Semedo

Orientador de Dissertação:

Professor Doutor José Ornelas

Coordenador do Seminário de Dissertação:

Professor Doutor José Ornelas

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

Mestre em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de José H. Ornelas, apresentada no ISPA – Instituto Universitário, para a obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

AGRADECIMENTOS

A resolução desta dissertação não seria possível sem o apoio de algumas pessoas que quero reconhecer e transmitir o meu profundo agradecimento.

Ao Professor Doutor José Ornelas pela orientação, motivação, partilha e críticas sem as quais não teria conseguido encontrar o meu caminho.

À minha mãe pelo amor, apoio, empenho e ajuda indispensável ao longo deste percurso.

Ao Diogo por ter estado sempre ao meu lado e nunca me ter deixado desistir.

Aos meus amigos pelo interesse e por terem tornado os meus dias mais fáceis.

À Joana por ter estado presente desde o primeiro até ao último dia.

Ao professor Bruno Rodrigues pela paciência, disponibilidade, know-how e boa disposição.

A todos os que, de alguma forma me ajudaram a concluir esta etapa tão importante na minha vida.

Mas principalmente ao meu pai, a minha força. Obrigada pelo exemplo, pelo infinito conhecimento, por ter partilhado comigo o interesse, a curiosidade e a paixão pela psicologia e por nunca ter esperado menos que o meu melhor.

A todos, o meu mais sincero obrigada.

RESUMO

O presente estudo analisa a prevalência do abuso sexual de crianças numa amostra portuguesa de estudantes Universitários. O estudo tenta clarificar alguns mitos e responder a algumas definições e conceitos ambíguos, comparando-o com resultados de estudos internacionais, para uma melhor compreensão do fenómeno do abuso sexual de crianças. À presente investigação com 230 indivíduos, juntou-se uma amostra previamente recolhida de 200 estudantes universitários para aumentar a dimensão desta e para uma consequente fiabilidade dos resultados. Os 430 jovens adultos (com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos) realizaram questionários online e presenciais sobre o tema do abuso sexual de crianças. Um total de 41% (n=177) dos participantes reportaram terem sido vítimas de pelo menos uma forma de abuso sexual até aos 12 anos. Aproximadamente 47% dos indivíduos abusados aponta o “exibicionismo” como a principal forma de abuso “sem contacto” e 70% a refere as “carícias” como a principal forma de abuso “com contacto”. No que diz respeito ao perpetrador, mais de metade dos participantes (53%) afirma que são os “amigos” os abusadores mais frequentes. A presente investigação fornece ainda esclarecimentos acerca das diferenças existentes nas taxas de prevalências dos abusos sexuais de crianças, assim como dados importantes relacionados com o tipo de agressor, tipo de abuso sexual e a implementação de futuras ações preventivas como tentativa de evitar este tipo de abuso.

Palavras-chave: *abuso sexual de crianças, prevalência, prevenção, fatores de risco e abusadores.*

ABSTRACT

The present study analyzes the prevalence of child sexual abuse in a sample of Portuguese University students. Firstly, the study tries to clarify some myths and answer some ambiguous definitions and concepts, comparing the results of a series of international studies for a better understanding of the child sexual abuse phenomenon. The present study combined to a previous existing sample of 200 university students a new sample of 230 individuals in order to increase the sample size and therefore achieve more reliable results. A sample of 430 young adults (aged 18-25) completed a structured online and in person form survey on experiences of child sexual abuse. A total of 41% (n=177) of participants reported at least one form of child sexual abuse victimization before the age of 12. Approximately 47% of the sample of abused individuals reported “exhibitionism” as the main form of “hands off” abuse and 70% state “foundling” as the main “hands on” abuse. Regarding the abuser, more than half of the participants (53%) stated that “Friends” take up this role. The present investigation provides more insights into the differences within prevalence rates of child sexual abuse as well as some important data regarding perpetrators, types of abuse and the implementation of future prevention actions to avoid such abuses.

Keywords: *child sexual abuse, prevalence, prevention, risk factors, perpetrators*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
ARTIGO EMPÍRICO	2
ANEXO (I)	18
REVISÃO DA LITERATURA	18
MÉTODO	33
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS (II).....	64

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: MITOS SOBRE OS ASC	18
FIGURA 2: CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA INVESTIGAÇÃO EM TERMOS DA SUA DISTRIBUIÇÃO FACE AO GÊNERO	34
FIGURA 3: CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA INVESTIGAÇÃO EM TERMOS DA SUA DISTRIBUIÇÃO FACE ÀS HABILITAÇÕES LITERÁRIAS.	36
FIGURA 4: CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA INVESTIGAÇÃO EM TERMOS DA SUA DISTRIBUIÇÃO FACE AO ESTADO CIVIL DOS PARTICIPANTES	36
FIGURA 5: MODELO DE 2ª ORDEM DA ESCALA DE EXPERIÊNCIAS SEXUAIS INFANTIS	41
FIGURA 6: PREVALÊNCIA DOS ABUSOS SEXUAIS DE CRIANÇAS	44

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ESTUDOS REFERENTES À PREVALÊNCIA DOS ASC	32
TABELA 2: CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA INVESTIGAÇÃO EM TERMOS DA SUA DISTRIBUIÇÃO FACE ÀS IDADES	35
TABELA 3: ÍNDICES DE QUALIDADE DE AJUSTAMENTO	40
TABELA 4: CORRELAÇÕES DAS 3 DIMENSÕES DA ESCALA EXPERIÊNCIAS SEXUAIS INFANTIS ...	41
TABELA 5: ÍNDICES DE QUALIDADE DE AJUSTAMENTO DOS MODELOS DE 1ª E 2ª ORDEM	42
TABELA 6: CONSISTÊNCIA INTERNA EXPERIÊNCIAS SEXUAIS INFANTIS.....	43
TABELA 7: PERCENTAGEM DOS TIPOS DE SITUAÇÕES MAIS FREQUENTEMENTE IDENTIFICADAS	45
TABELA 8: RELAÇÃO DA VÍTIMA COM O AGRESSOR	47

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo determinar, especificar e caracterizar os abusos sexuais de crianças (referido alternadamente como ASC na presente dissertação), o tipo de abuso e o tipo de agressor, numa amostra de jovens entre os 18 e os 25 anos, comparando-os com estudos internacionais por forma a esclarecer, expor e clarificar os seus resultados.

Posto isto, a dissertação divide-se em cinco partes distintas. A primeira parte diz respeito a um artigo empírico que se enquadra no âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica.

A segunda parte trata de uma revisão da literatura onde são analisados diversos estudos acerca deste tema e onde são enumerados variados conceitos relevantes para a melhor perceção do estudo e para um melhor entendimento dos abusos sexuais de menores.

A terceira, referente ao método, a vertente empírica do trabalho, descreverá os participantes, os instrumentos de medida utilizados, o delineamento da amostra e o procedimento do estudo em si.

A quarta apresentará os resultados do estudo realizado e irá expor a comparação com os dados encontrados na revisão da literatura.

Por fim, é na parte da discussão que os resultados vão ser aprofundados e onde irão ser apresentadas medidas indicadas para este problema, delineando ainda possíveis limitações ao estudo e enunciando propostas para investigações futuras.

ARTIGO EMPÍRICO

“It is likely that a child will be sexually abused in the course of their childhood”

(Finkelhor, Shattuck, Turner & Hamby, 2014).

ABSTRACT

The present study analyzes the prevalence of child sexual abuse in a sample of Portuguese university students. Firstly, the study tries to clarify some myths and answer some ambiguous definitions and concepts, combining and comparing the results of a series of international studies for a better understanding of the child sexual abuse phenomenon. The present study combined to a previous existing sample of 200 university students a new sample of 230 individuals in order to increase the sample size and therefore achieve more reliable results. A sample of 430 young adults (aged 18-25) completed a structured online and in person form survey on experiences of child sexual abuse. A total of 41% (n=177) of participants reported at least one form of child sexual abuse victimization before the age of 12. Approximately 18% of the sample of abused individuals reported “exhibitionism” as the main form of “hands off” abuse and 27% state “foundling” as the main “hands on” abuse. Regarding the abuser, more than half of the participants (53%) stated that “Friends” take up this role. The present investigation provides more insights into the differences within prevalence rates of child sexual abuse as well as some important data regarding perpetrators, types of abuse and the implementation of future prevention actions to avoid such abuses.

Keywords: *child sexual abuse, prevalence, prevention, risk factors, perpetrators*

INTRODUCTION

Child Sexual Abuse (CSA) has generated a growing concern among the public, the media and various professionals during the last two decades. It is important to determinate the extent of the problem as well as possible changes in it (Laaksonen, et al., 2011). Approximately 15% of all real and reported cases regarding child sexual abuse represent 150,000 children.

It is important to define the real meaning of child sexual abuse. For Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerreiro & Vásquez (2008), child sexual abuse can be defined as any act that is performed by an adult or a teenager in which a child is used for sexual stimulation or/and gratification. Sexual Abuse with physical contact (“hands on”) was considered when the abused child was touched or grabbed in the mouth, breast, or genitalia or when the child endured any kind of penetration (genital, oral or anal) in any period of their life. For Finkelhor, Shattuck, Turner & Hamby (2014) “child sexual abuse” often refers to a sexual act performed by adults or someone that is in charge of the child. Despite this analysis there as been some inquiries which reported a large number of individuals (perpetrators) that are the same age as the victims. Last but not least, Finkelhor (1994), points out that “child sexual abuse” takes into consideration two essential elements: sexual activity that involves a child and the existence of a abusive condition in which it occurs.

Previous studies revealed and agreed that the sexual victimization of children remains a significant problem (Mekuria, Nigussie & Abera, 2015) and, even the lower index of prevalence, includes a extensive number of victims that need to be taken into consideration. In fact, investigations have confirmed the importance and relevance of both genders in all countries while studying child sexual abuse (Finkelhor, 1994).

1.1 Different types of abuse

Child sexual abuse includes various forms of abusive behaviors that are divided into two situations, one involving physical contact (such as forced penetration, fondling and oral sex) and other without physical contact (such as exhibitionism, voyeurism and sexual stalking) (Schombucher et. al, 2011).

In previous literature it is often observed that the perpetrator visualizes the child's body as an object, a toy. In line with this statement, the perpetrator can feel that, in fact, he is not abusing the child but purely playing with his/her body. The abuser has a dualistic vision about reality and disconnects the child's body from his soul. Seeing the child's body as a simple object, the sexual abuse does not exhibit any type of problem to the perpetrator. The body is just something that he possesses and that he uses to meet his needs and desires. (Reynaert, 2015).

As reported in a study of Schein et al. (2000) the type of abuse associated with "fondling" shows higher rates, reaching 19%, followed by "exhibitionism" with 9%, "attempt penetration" with 6% and "oral-genital contact" with 3% of the results in the female group section. In the male group, the most common type of abuse is "fondling" with 10% prevalence rate followed by "exhibitionism" with 3% and "oral-genital contact" with only 1%.

1.2 Relation victim-perpetrator

Perpetrators can be classified by their relation to the victim of abuse in three different categories: family members, known to the victim or unknown. Sexual abuse is conducted primarily by offenders known to the victim, despite the typical stereotype of sexual abusers of children that remained until the 70's in which most common abusers would be unknown to the child. In prevalence inquiries to adults, abused victims indicate that 10% to 30% of the perpetrators were unknown to the child and the remaining ones included family members as well as other individuals known to the victims. (Finkelhor, 1994).

Regardless of the latter, the statement that perpetrators are usually known to the victim or whether the sexual abuse is primarily a problem within the family are subjects that have given rise to much controversy. Most of the sexual abuse that reaches child protective authorities involves, in fact, mostly family members of the child (Finkelhor, 1994). The prevalence of intra familial sexual abuse has been studied less than the sexual abuse as a whole (Kloppen et al., 2015)

Unfortunately, this phenomenon is a recurring and common event and has been studied regarding the effects on the child during his life (Palo & Gilbert, 2015). Sexual abuse

is often viewed as a power tool. The relation between the abuser and the victim frequently involves the use of overpower by the offender. This power is uncovered in the sexual act (Reynaert, 2015).

1.3 Risk Factors

Risk factors such as race, gender, age, verbal skills, mental/physical illness, other deficit or behavior problems are all important for a better understanding of child sexual abuse landscape. (Han, Lee, Yoo & Hong, 2011).

When one speaks of gender differences linked with risk of victimization, a large number of research indicate that girls are often more abused than boys. (Finkelhor, 1993; Putman, 2003, Sedlak et al. 2010, cit in Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014). Regarding the age factor, it is known that the risk for sexual abuse increases around the age of 6 and again when the child is 10 years old (Finkelhor, 1993 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014). Adding to age and gender factors, the verbal skills are also identified as a risk factor for abuse. According to Sadeh et al. (1994 cit in. Han, Lee, Yoo & Hong 2011) data collected in previous studies has showed that the victims of abuse had significantly lower levels of verbal skills than children not abused, although the authors failed to infer a causal relationship between incidence of the abuse and verbal skills in children. Low performance in studies is also considered as a risk factor (Paradise et al. 1994 cit in. Han, Lee, Yoo & Hong, 2011) as is family and individual characteristics that can position the child in a riskier situation for sexual abuse. For example, Finkelhor and his colleagues (Finkelhor, 1979, 1980; Giles-Sims & Finkelhor, 1984) found evidences that children in foster care were more likely to be at risk for sexual abuse than others (cit in. Painter, 1986).

1.4 Consequences for the victim

Sexual abuse has severe and harmful consequences for the person involved mainly if the victim is a child. Children normally are affected in many forms such as physically, psychologically, emotionally and academically. Due to the delicate nature of the abuse, many Western societies began to conduct thorough research about this type of mistreatment towards children aiming to implement systematic and effective prevention services and programs since the early 80's (Han, Lee, Yoo & Hong, 2011).

Sexual abuse is a traumatic experience and interferes with the victims' development by having a negative impact in his/hers well-being (both physical and psychological) with short and long term effects. (Beitchman et al. 1991; Kendall-Tackett et al., 1993 cit in. Pereda, Guilera, Forns & Gómez-Benito, 2009).

1.5 Prevention

Strategies to protect children and teenagers from sexual abuse have to be urgently formulated. Educating children and young adults regarding sexuality and sexual development is crucial. Awareness programs in schools for parents, teachers and students have to be thought, planned and put into action (Krishnakumar, Satheesan, Geeta & Sureshkumar 2013).

2. METHOD

2.1 Research questions:

As an attempt to explain some issues considered relevant to the study of child sexual abuse, it was created two research questions:

- 1- In the first research question we will try to estimate the relation between the age of the victim, in various stages of the abuse, and the type of abuse perceived by the subject.
- 2- In the second research question, we will try to determinate if there are significant differences in both genders regarding their awareness of sexual abuse.

2.2 Procedure and sample

For the current study, a sample of 430 Portuguese university students aged 18-25 years were asked to complete a questionnaire. On this sample, 321 individuals (74.7%) are female and 109 (25.3%) are male. Within this large sample, a smaller one was selected for specific reasons since 177 participants have perceived some form of abuse during their childhood. Within the latter, 74.6% of the subjects are female and the remaining 25.4% are male.

In order to successfully reach a significant number of individuals, it was previously defined that the best data collection tool was to use an online questionnaire not only to protect the anonymity of the individuals but also to guarantee the authenticity of the results. This data was added to a previous one collected by another student formerly. Using an online questionnaire allows respondents more freedom to answer honestly to the questions. The method of contact used was by phone and also through social media shares.

2.3 Measures

Sexual Experience Questionnaire

The *Childhood Sexual Experiences Questionnaire* used in the present research was based on the original survey of Finkelhor (1978) and Mendel (1992) and built by Altman (2005).

The survey used is objective and was initially composed by a set of demographic questions where the following information was obtained: age, level of education, gender, nationality, among others. The survey also allows one to collect information regarding characteristics of the abuse, type of abuse, type of perpetrator, duration of the abuse and age of the offender

Moreover, the questionnaire presents a Likert type scale composed by 16 items and is intended to measure the severity of the abuse perceived by each subject through responses such as (1) "Not sure", (2) "Never", (3) "Rarely", (4) "Sometimes", (5) "Frequently" and (6) "Very Frequently".

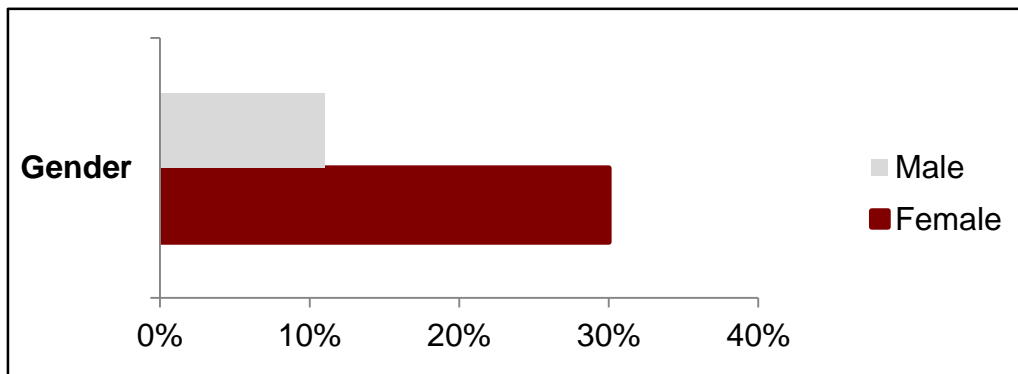
3. RESULTS

3.1 Overview of the results

Prevalence of child sexual abuse

The overall prevalence of child sexual abuse was 41% (n=177) including all forms of abuse. The research also found that, 30% (n=134) of the individuals were female and 11% (n=45) were male individuals.

Figure 1: Prevalence of Child Sexual Abuse



Type of abuse

In the present study, the results indicate and confirm Finkelhor's (1979 cit. in Painter 1986) affirmation that "exhibition" should be included in the definition of child sexual abuse since the situation that displays a higher percentage and its more often identified in the "hands off" dimension is question 4 "Someone showed you her genitals" with a percentage of 46.7% while in the "hands on" dimension the highest percentage belongs to the question "Foundling" (stated in several studies) with 69.8% of the answers.

Type of perpetrator

To clearly understand the results in this category, it is important to describe that in this question, 33 of the 177 subjects did not answer. Taking this fact into consideration, the

following data will only take into account 144 subjects and not the 177 individual that suffered any kind of abuse.

The results are similar to the ones found by Finkelhor in 1994. The highest percentage of abusers belongs to the category “Friends” which holds more than half of the answers (53%) showing that it is of extreme importance not to dismiss the perpetrators outside the child’s family environment. According to Finkelhor (1994) there has been a significant awareness regarding the juvenile offenders.

Table 1: Relationship victim-perpetrator

Family abuser		Non family abuser	
People	%	People	%
Step Dad	1.4	Known but not friends	20.1
Uncle	5.6		
Cousin	16.7	Unknown	10.4
Dad	3.5		
Half-Brother	1.4	Friend	52.8
Step Mother	0.7		
Brother	2.8	Coach	0.7
Sister	1.4		
Grandfather	2.8	Teacher	0.7
Grandmother	0.7		
Mother	0.7		

Others: 2.1

Most frequent average of onset abuse

Results in the present study indicate that the average age of onset abuse is around 9 years old which meets the ones found in Finkelhor’s study (1993 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014) where is pointed out an increase in the risk of child victimization around 10 years old, as its a age where children are at their most vulnerable state.

Most frequent average for the end of the abuse

Concerning the end of the abuse, Deerting & Mellor (2014) call attention to the age of 12 which relates positively with the results discovered in the present investigation that indicates the age of 11 years of age (11.3) as the average period for the end of the abuse.

Most frequent average age of the offender

In the present research the average perpetrator age was approximately 20 years old (19.8). This result goes against the one found in Finkelhor's investigation in 1979 which states that one third of all offenders have less than 18 years of age. Nevertheless, it overlaps with Finkelhor's allegations in 1994 that declare a larger belief in the existence of youth offenders.

Research questions

Age/Abuse

The first research question estimates the correlation between the age of the victim (during: onset abuse, end of abuse and duration of abuse) with the type of abuse perceived in the three dimensions mentioned in the study: *Body* (questions 9 and 11), *Genitals* (questions 4, 7, 8, 10, 12 and 13), *Penetration* (questions 14 and 15) and the second order dimension "Abuse", created afterwards.

To test these research questions, a Pearson correlation was conducted in the *SPSS statistic software*. The results differed from one another (see Table 2) showing that:

1. Onset Abuse: in the dimensions "Genitals" ($R_{genitals}=-0,094$; $p=0,321$) and "Abuse" ($R_{abuse}=-0,088$; $p=0,350$) the correlation is negative unlike the other dimensions "Penetration" ($R_{penetration}=0,020$; $p=0,832$) and "Body" ($R_{body}=-0,111$; $p=0,238$) where the correlation is positive. The final outcomes suggest that in the first two dimensions ("Genitals" and "Abuse") as the age of onset abuse increases, the awareness of the subjects relatively to these dimensions decreases, unlike the results found in the other dimensions ("Penetration"

“Body”) which suggest the opposite.

2. Duration of the abuse: in just one of the dimensions “Body” ($R_{body}=0,189$; $p=0,064$), the correlation is positive ($R_{penetration}=0,232$; $p=0,022$, $R_{genitals}=0,220$; $p=0,030$); e $R_{abuse}=0,244$; $p=0,016$) when the duration of sexual abuse increases the awareness of the individuals increases as well.
3. End of abuse: lastly it is possible to show that the correlation is positive in all the studied dimensions, which means that as the age of the end of the abuse increases the awareness of the abuse increases as well ($R_{penetration}=0,182$; $p=0,056$, $R_{body}=0,032$; $p=0,736$, $R_{genitals}=0,088$; $p=0,360$ e ($R_{abuse}=0,104$; $p=0,279$).

Table 2: Correlation of research question Age/Abuse

		Penetration	Body	Genital	Abuse
Duration	Pearson Correlation	,232*	,189	,220*	,244*
	Sig. (2 extrem)	,022	,064	,030	,016
	N	97	97	97	97

		Penetration	Body	Genital	Abuse
Onset_abuse	Pearson Correlation	,020	-,111	-,094	-,088
	Sig. (2 extrem)	,832	,238	,321	,350
	N	114	114	114	114

		Penetration	Body	Genital	Abuse
End_abuse	Pearson Correlation	,182	,032	,088	,104
	Sig. (2 extrem)	,056	,736	,360	,279
	N	111	111	111	111

Gender/Abuse

In the second research question, it was conducted a Hypothesis Test in the *SPSS statistic software* to determinate if there are significant differences in both genders (female and male) regarding their awareness of sexual abuse in the dimensions: “Penetration”, “Body”, “Genitals” and “Abuse”. The results indicate that there are only significant differences in the dimension “Genitals” (*Penetration*: p-value $1 > 0,05$, *Body*: p-value $0,515 > 0,05$, *Abuse*: p-value $0,091 > 0,05$ and *Genitals*: p-value $0,042 < 0,05$ for a confidence level of 95%) which means that females and males perceive sexual abuse differently in this dimension.

Table 3: Mann-Whitney Hypothesis Test

Hypothesis	Sig.	Decision
There are no significant differences in both genders in the dimension “Penetration”	1,000	—
There are no significant differences in both genders in the dimension “Body”	0,515	—
There are no significant differences in both genders in the dimension “Genitals”	0,042	Reject Hypothesis
There are no significant differences in both genders in the dimension “Abuse”	0,091	—

4. Discussion

The present study found high rates of child sexual abuse victimization in line with other authors and support the assumptions that child sexual abuse is a prevalent phenomenon.

Overall, 41% of our sample had experienced some form of sexual abuse during childhood. This could be related to a number of factors such as the broad definition of child sexual abuse used in comparison with other studies that may have led to the confirmation of a large number of sexual abusive events considered episodes of child sexual abuse. Also, the high number of girls in the sample when in comparison with boys that may have also contributed to the higher

prevalence rate (Okur, Van der Knaap & Bogaerts, 2015). This assumption is supported by research, which suggests that being a girl is a risk factor for child sexual abuse (Fergusson, Lynskey & Horwood, 1996, Finkelhor, 1993, cit in. Okur, Van der Knaap & Bogaerts, 2015).

Notably, while sexual abuse is less common among males (Putman, 2003 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014) the results must be taken into account as well. The true differences in both genders present in child sexual abuse may be covered by the lack of reported cases among males, as the attention from parents, teachers, pediatricians and other childcare professionals regarding child sexual abuse focuses primarily on girls (Monlar, Buka, Kessler & Harris, 1997, cit in. Pérez-Fuentes et al.2013). Both rates found in our report for male and female (11% and 30% respectively) are striking and upsetting.

Regarding contact and non-contact sexual abuse, the present investigation displays a higher percentage of episodes in the contact category with the item “Foundling”, without putting aside the relevance and the high percentage of the non-contact form of abuse. This results coincide with many other investigations, for example, the one by Okur, Van der Knaap & Bogaerts (2015) exhibits higher rates in the contact category but without obliterating the remaining group that has to be taken into consideration due to the increasing number of ongoing events.

Early studies of child sexual abuse have highlighted preponderance of adults as the major perpetrators (Gwirayi, 2013). This study establishes that concerning perpetrators, the highest number of abusers prevail in the category “Friends” with more than 50% of the answers which is similar to the results found in identical studies that call attention to known perpetrators as being the more frequent abusers (Sorbo et al., 2013). The preponderance of peers as perpetrators has been reported in previous studies (Derej et al., 2006, Human Rights Watch, 2011, Priebe & Svedin, 2009, cit in. Gwirayi, 2013). Findings such as abusers being familiar to the survivor have also been discovered in past research (Gwirayi, 2013).

Although our findings are based on a large sample (430 Portuguese students aged 18 to 25), the current study has several limitations that need to be acknowledged. Firstly, according to Finkelhor (1993) one of the main problems faced by retrospective studies is that since they are conducted with adults the results cannot be generalized for children because the circumstances of victimization may be very different (cit in. Pereda, Guilera, Forns &

Gómez-Benito, 2009). The use of retrospective results can also show a most significant number of false negatives than false positive cases. Since this study is based on retrospective recall it can be subject to errors such as distorted perception of what actually happened, the reinterpretation of the abuse, complete amnesia do to the denial and also the conscious desire to not respond sincerely to the questionnaire (Briere, 1992, Goldman & Padayachi, 2000, McMillen & Zuravin, 1998, Prescott et al., 200, cit in. Pereda, Guilera, Forns & Gómez-Benito, 2009). Other limitations may also include the broad definition of child sexual abuse which may not be in conformity with other studies and the fact that half of the data was collected online which does not measure de honesty of people while responding to the questionnaire.

Due to the high prevalence of sexual abuse and the consequences that come with it, it is important to refer the relevance of studying preventive measures for future investigations to try to avoid as much as possible the rising tide of this prevalent phenomenon that is child sexual abuse. The majority of educative initiatives include similar objectives such as (a) helping children to recognize potentially abusive situations, (b) encourage children to refuse requests of a sexual nature, (c) teach children do resist and try to escape the abuser, (d) encourage children to report past and ongoing abuses to authority figures and (e) explain that secrecy and inappropriate touch is never their fault (Wurtele, 2008. cit in. Wurtele, Miller-Perrin, 2012). Studies have often concluded that children who participate in this educational programs and initiatives have increased their knowledge regarding sexual abuse (Berrick & Barth, 1992; Davis & Gidycz, 2000; Finkelhor, 2007; MacMillan, Wathen, Barlow, Fergusson, Leventhal & Taussing, 2009; Mikton & Butchart, 2009; Rispens, Aleman & Goudena, 1997; Topping & Barron, 2009; Wurtele & Kenny, 2010; Zwi, Woolfenden, Wheeler, O'Brien, Tait & Williams, 2007. cit in. Wurtele & Miller-Perrin,2012). It is important to include an additional preventive strategy that involves adults that are incorporated in the child's environment as well as teachers and other professionals (Wurtele & Miller-Perrin, 2012).

Although the effects of sexual abuse aren't superficially visible, the survivors of this type of abuse continue to have their well-being often threatened. The traumatic experience of sexual abuse is one of the most considerable risk factors in the development of the child mental health influencing not only their present but also their future (Collin-Vézina, Daigneault & Hébert, 2013).

5. References

Altman, D. (2005). *The effects of childhood sexual abuse on adult male attachments in closer relationships*. (PhD Thesis). Texas: A&M University.

Collin-Vézina, D., Daigneault, I. & Hébert, M. (2013). Lessons learned from child sexual abuse research: prevalence, outcomes and preventive strategies. *Child & Adolescent Psychiatric & Mental Health.*, Vo. 7. No. 22., pp. 1-9.

Deerting, R., Mellor, D. (2011). An Exploratory Qualitative Study of the Self-Reported Impact of Female-Perpetrated Childhood Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse.*, Vol. 20., No. 1, pp. 58-76.

Finkelhor, D. (1979). *Sexual Victimized Children*. New York: The free press

Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I. & Smith, C. (1990) Sexual abuse in a national survey of adult men and women: prevalence, characteristics, and risk factors. *Child, Abuse & Neglect*. Vol. 14. pp. 19-28.

Finkelhor, D.(1994). Current Information on the Scope and Nature of Child Sexual Abuse. *The Future of Children: Sexual Abuse of Children*, Vol. 4, No. 2, pp.31-53.

Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H., Hamby, S. (2014). The Lifetime Prevalence of Child Sexual Abuse and Sexual Assault Assessed in Late Adolescence. *Journal of Adolescent Health*, Vol. 55, pp. 329-333.

Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of Child Sexual Abuse. *Child Abuse and Neglect*, Vol. 18, No. 5, pp. 409- 417.

Gwirayi, P. (2013). The Prevalence of child Sexual Abuse among secondary school pupils in Gweru, Zimbabwe. *Journal of Sexual Agression*, Vol. 19, No. 3, pp. 253-263.

Han, I., Lee, Y., Yoo, S. & Hong, J. (2011). Prevalence of and Risk Factors for Male Sexual Abuse: The Case in South Korea. *Journal of Loss and Trauma*. Vol. 16, pp. 84-101.

Kloppen, K., Maehle, M., Kvello, O., Haughland, S & Breivik, K. (2015). Prevalence of intrafamilial child maltreatment in the Nordic countries: A Review. *Child Abuse Review*. Vol. 24., pp. 51-66.

Krishnakumar, P., Satheesan, K., Geeta, M. & Sureshkumar, K. (2013). Prevalence and Spectrum of sexual Abuse among adolescents in Kerala, South India. *Indian Journal of Pediatrics*. Vol. 81., No. 8. pp. 770-774.

Laaksonen, T., Sariola, H., Johansson, A., Jern, P., Varjonen, M., Von der Pahlen, B., Sandnabba, K. & Santtila, P. (2011). Changes in the prevalence of child sexual abuse, its risk factors, and their association as a function of age cohort in a Finnish population sample, *Child Abuse & Neglect*. Vol. 35. pp. 480-490.

Mekuria, A., Nigussie, A., Abera, M., (2015) Childhood sexual Abuse experiences and its associated factors among adolescent female high school students in Arbaminch town, Gammo Goffa zone, Southern Ethiopia: a mixed method study. *International Health & Human Rights*.

Okur, P., Van der Knaap, L. & Bogaerts, S. (2015). Prevalence and Nature of child sexual abuse in the Netherlands; Ethnic Differences. *Journal of Child Sexual Abuse*. Vol 24. No. 1. pp.1-15.

Oshima, K. Jonson-Reid, M. & Seay, K. (2014). The Influence of Childhood Sexual Abuse on Adolescent Outcomes: The Roles of Gender, Poverty, and Revictimization. *Journal of Child Sexual Abuse*. Vol. 23, No. 4, pp. 367-386.

Painter, S. (1986). Research on the prevalence of child sexual abuse: New directions. *Journal of Behaviour Science* , Vol. 18, No. 4, pp. 323-339.

Pereda, N., Guilera, G, Forns, M, Gómez-Benito, J. (2009). The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review, Vol. 29*,pp. 328-338.

Pérez-Fuentes, G., Olfson, M., Villegas, L., Morcillo, C., Wang, S., Blanco, C. (2013). Prevalence and correlates of child sexual abuse: a national study. *Comprehensive Psychiatry, Vol. 54*,pp.16-27.

Pineda-Lucatero, A., Hernández-Trujillo, B., Millán-Guerrero, R., Vásquez, C. (2008). Prevalence of childhood sexual abuse among Mexican adolescents. *Child: care, health and development*,pp.184-189.

Reynaert, M (2015). Sexual Abuse of Children as a form of power abuse and abuse of the body. *Acta Theologica. Vol.35. No. 1*, pp. 189-200.

Schein, M., Biderman, A., Baras, M., Bennett, L., Bisharat, B., Borkan, J., Fogelman, Y., Gordon, L., Steinmetz, D & Kitai, E. (2000). The prevalence of history of child sexual abuse among adults visiting family practitioners in Israel. *Child, Abuse & Neglect., Vol. 24. No. 5.*, pp. 667-675.

Schonbucher, V., Maier, T., Held, L., Mohler-Kuo, M., Schnyder, U., Landolf, M. (2011). Prevalence of child sexual abuse in Switzerland a systematic review. *The European Journal of Medical Science.*

Sorbo, M., Grimstada, H., Bjorngaard, J., Schein, B & Lukasse, M. (2013) Prevalence of sexual, physical and emotional abuse in the Norwegian mother and child cohort study. *BMC Public Health. Vol. 13.* pp- 1-11.

Wurtele, S. & Miller-Perrin, C. (2012). Global efforts to prevent the sexual exploitation of minors. *World perspectives on child abuse.* pp- 82-88).

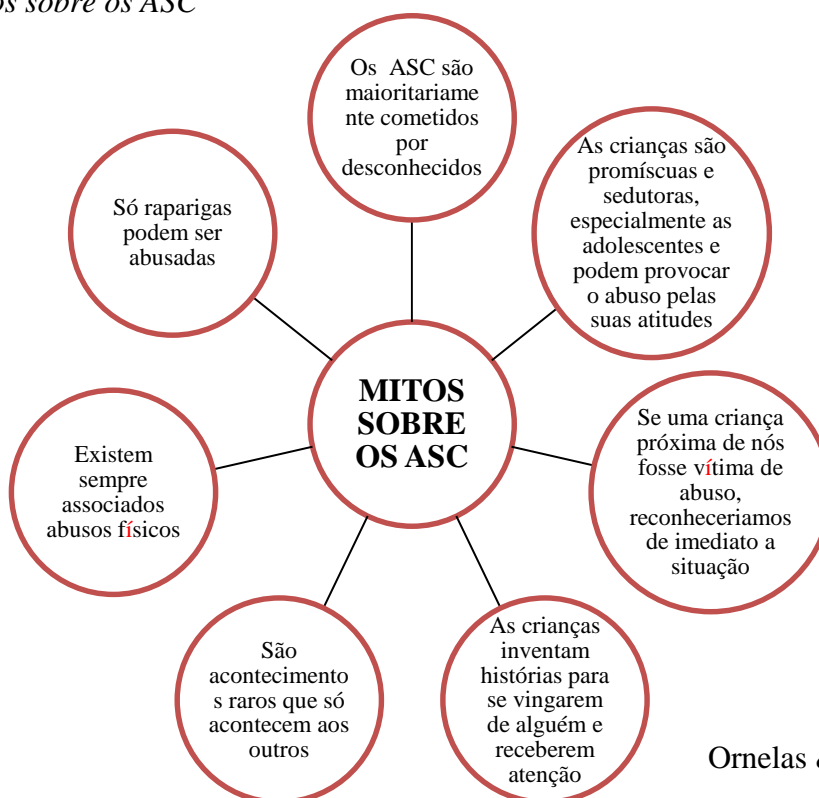
ANEXO (I)

REVISÃO DA LITERATURA

Prevalência e incidência são termos suscetíveis de gerar discussão no que concerne ao seu significado. Dado este facto, para uma melhor compreensão da presente dissertação, é necessário esclarecer estes dois conceitos que à partida poderão parecer bastante semelhantes, mas que na sua génese representam conceitos distintos. Assim, a prevalência diz respeito à proporção de percentagem adulta que foi vítima de abuso sexual numa altura determinada da sua infância. Em relação à incidência, esta mede o número de casos de abuso sexual que chegam ao conhecimento de profissionais durante o ano (Finkelhor, 1994). Ambos os conceitos englobam a variável “tempo”, mas esta tem um valor diferente para cada um deles.

Tal como o que ocorre com estes dois conceitos, existem ainda variados mitos sobre os ASC onde as pessoas se apoiam para formular concepções erróneas e, conseqüentemente, desvalorizar a severidade do problema. À medida que avançamos na dissertação estes mitos serão devidamente refutados.

Figura 1: Mitos sobre os ASC



Ornelas & Maria (2010)

Em relação ao fenómeno internacional dos ASC, para Finkelhor (1994) o abuso sexual tem sido um tópico de interesse público bastante relevante, mas muitos factos sobre esta problemática permanecem pouco claros ou em constante disputa. Cerca de 15% de todos os casos verídicos que dizem respeito a abusos sexuais representam aproximadamente 150.000 crianças.

Existem várias definições de ASC, sendo as quatro apresentadas de seguida as que melhor esclarecem este conceito.

Segundo a Sociedade Internacional para a Prevenção - Fundação Sueca para a Proteção da Criança -, o abuso sexual é definido como o envolvimento de uma criança numa atividade sexual que esta não entende na sua totalidade, a que não consegue dar o devido consentimento, ou para a qual não está mentalmente preparada. A relação entre o agressor e a vítima é definida como sendo uma de responsabilidade, confiança e/ou poder abusados pelo agressor para satisfazer as suas necessidades sexuais (Schonbucher et. al, 2011).

Para Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerreiro e Vásquez (2008), o ASC define-se como qualquer ato executado por um adulto ou adolescente no qual um menor é usado para estimulação sexual ou gratificação e o abuso sexual com contacto físico foi considerado quando o abusado foi tocado ou apalpado na boca, peito ou genitais ou também quando houve penetração, oral, genital ou anal em qualquer altura da sua vida.

Para Finkelhor, Shattuck, Turner e Hamby (2014) “abuso sexual”, no contexto da proteção de menores, normalmente refere-se principalmente a atos sexuais realizados por adultos e/ou pessoa encarregues de cuidar da criança. No entanto, inquéritos à população e meta-análises que usam o termo “abuso sexual” têm vindo a relatar taxas que incluem um amplo número de indivíduos agressores com as mesmas idades que as vítimas.

Por último, Finkelhor (1994), aponta que o ASC pressupõe dois elementos essenciais: atividade sexual que envolva uma criança e existência de uma “condição abusiva”.

Para compreender a verdadeira extensão desta problemática a melhor forma é a utilização de inquéritos retrospectivos a adultos. Estes inquéritos são também fontes de informação para a definição das características do abuso. A maioria dos abusos são cometidos

por homens (90%) e por pessoas que conhecem a criança (70% a 90%), com membros familiares a constituírem de um terço a metade das agressões feitas a raparigas e de 10% a 20% das agressões a rapazes. Membros da família constituem uma percentagem elevada de agressores em agências de proteção de crianças pois a tarefa destas agências exclui geralmente abuso extrafamiliar. Por volta de 20% a 25% do ASC envolvem penetração ou contacto oral-genital. A faixa-etária mais vulnerável encontra-se entre os 7 e os 13 anos (Finkelhor, 1994).

Estudos realizados têm vindo a concordar que o ASC é um problema mais amplo do que se estimava (Tschumper, Narring, Meier & Michaud, 1998) e até o índice mais baixo de prevalência inclui um vasto número de vítimas que necessitam de ser tidas em conta. De facto, a investigação tem vindo a confirmar a importância do problema em ambos os sexos em todos os países estudados (Finkelhor, 1994).

Factores como o segredo que envolve toda a situação abusiva, a vergonha sentida pela vítima quando fala sobre o que aconteceu, as consequências criminais que poderão ser sofridas pelo abusador, e a ainda jovem idade das vítimas agrupada com a sua dependência dos adultos indicam que um número de vítimas bastante limitado reporta os abusos na data do seu acontecimento, sendo, então, bastante provável que as estatísticas oficiais não façam jus à grandeza do problema. (Finkelhor, 1994).

É importante investigar com mais pormenor, as razões pelas quais os casos não são denunciados, e conseqüentemente comparar as características dos casos denunciados à dos não denunciados. Uma vasta gama de variáveis pode ser examinada, incluindo o género e idades das vítimas e a identidade do abusador. A maioria das vítimas não apresenta queixa pois considera que as suas experiências foram demasiado pessoais ou delicadas para serem divulgadas ou apenas pelo próprio sentimento de vergonha. Assim, vítimas de ambos os géneros podem ter estado mais preocupadas em restaurar o seu equilíbrio emocional do que castigar o seu agressor. Ainda assim, rapazes podem experienciar uma vergonha maior (devido ao estigma da homossexualidade que se encontra ligado ao sexo masculino do abusador) e estarão menos dispostos a fazer apresentar queixa (Painter, 1986).

Quaisquer que sejam as técnicas ou a população usada, os inquéritos mostram de forma clara que as taxas de vitimização sexual na população são significativamente elevadas e

assim suficientes para gerar preocupação e alertar as forças policiais para a conduta a ser tomada. Esta conduta deverá melhorar consideravelmente a descoberta de casos individuais, para fornecer serviços de intervenção e para desenvolver estratégias de prevenção (Painter, 1986).

O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

TIPO DE ABUSO

O poder é o fator mais importante de discussão no tópico dos abusos sexuais. Em primeiro lugar, poder é traduzido em diferentes formas de abuso sexual (Ganzevoot & Veerman 2000). O poder é várias vezes visível. Por exemplo, quando se fala de violação ou maus tratos das vítimas nos abusos sexuais, no geral concordamos que existe de facto a utilização do poder. Mas, às vezes, não conseguimos reconhecer esse poder, pois está a ser utilizado de forma bastante subtil. Quando um adulto abusa uma criança, existe sempre poder do ponto de vista do primeiro. O adulto é sempre mais forte que a criança. Além disso, o consentimento e liberdade que deveria existir em qualquer relação sexual está em falta numa relação entre um adulto e uma criança. A criança nunca está numa posição para de facto consentir pois esta não tem consciência do alcance e clara percepção do significado e implicações que a sexualidade engloba (cit in. Reynaert, 2015).

Assim, qualquer tipo de contacto sexual numa situação onde exista uma relação desigual e onde, conseqüentemente, uma pessoa tem mais poder do que outra, pode ser chamado de abuso sexual, pois a pessoa que apresenta mais poder define as barreiras e é responsável por respeitar ou desrespeitar os limites previamente definidos (Reynaert, 2015).

O ASC engloba então diversas formas de comportamentos considerados abusivos com contacto físico (penetração forçada, apalpação, sexo oral) ou sem contacto físico (exibicionismo, voyeurismo, perseguição sexual) (Schonbucher et al., 2011).

Finkelhor (1979) incluiu a exibição (exposição dos genitais do abusador) dentro da sua definição de experiências de vitimização. Considerou a exibição como um tipo de ataque na medida em que não existe qualquer consentimento e que o objetivo - assustar, surpreender ou chocar a vítima - é geralmente atingido. Finkelhor encontra suporte para esta posição nos

resultados do seu inquérito: afirma que as vítimas de exibicionismo relatam as suas experiências como sendo bastante desagradáveis. No entanto, a revisão de Herman (1981) sugere que a maioria das vítimas cujas experiências não envolvem qualquer contato físico não sofreram danos. Groth (1978), também propõe que atos sexuais que não envolvam contato físico são menos traumáticos para a vítima (cit in. Painter, 1986).

Segundo Schein et al. (2000), existe uma taxa elevada no tipo de abuso que está relacionada com o “toque”, observando-se valores como 19%, seguido do “exibicionismo” com 9%, “tentativa de penetração” com 6% e, por último, “contacto oral-genital” com 3% dos resultados, no grupo do sexo feminino. No sexo masculino, o tipo de abuso mais frequente encontra-se sob a forma de “toque” com 10%, seguido do “exibicionismo” com 3% e por último o contacto oral-genital com apenas 1% dos resultados.

Também no estudo de Oaksford e Frude (2001) a maioria dos sobreviventes experienciou algum tipo de contacto no abuso sexual, sendo os mais prevalentes o “toque”. Estes resultados são coincidentes com estudos anteriores (Bagley, 1992; Goldman and Padayachi, 1997; Kelly et al. 1991) onde as formas mais comuns de abuso foram: beijos, abraços e carícias. No entanto, é de notar que os dados relatados pelos sobreviventes sobre a forma de abuso “toque” pode esconder, por trás, formas de abuso mais intrusivas. As formas mais intrusivas posteriormente relatadas foram então a “masturbação” e a “penetração vaginal”, valores estes que coincidiram com estudos anteriores (Goldman & Padayachi, 1997 cit in. Oaksford & Frude, 2001).

Na literatura estudada pode observar-se, por exemplo, que o agressor normalmente visualiza o corpo das crianças como um objeto, um brinquedo. Nesta medida, o agressor pode sentir que não está a abusar a criança, mas simplesmente está a “brincar” com o seu corpo. O agressor tem uma visão dualista sobre a realidade e separa o corpo da alma. Vendo o corpo da criança como sendo apenas um objeto, o abuso sexual não apresenta qualquer problema para o agressor. O corpo é simplesmente alguma coisa que este possui e com o qual se pode satisfazer (Reynaert, 2015).

RELAÇÃO VÍTIMA-AGRESSOR

Os agressores podem ser classificados pela sua relação com as crianças vítimas de abuso em três categorias: família, conhecidos ou estranhos. O abuso sexual é primeiramente realizado por indivíduos conhecidos pela criança, contrariamente ao estereótipo de abusadores sexuais de crianças que permaneceu até 1970 de que seriam indivíduos desconhecidos. Em inquéritos retrospectivos a adultos vítimas de abuso, observa-se que estes observa-se que estes indicam que 10% a 30% dos agressores eram estranhos, sendo os restantes tanto membros da família como conhecidos. (Finkelhor, 1994).

Finkelhor (1984) encontrou sustento necessário que confirma que uma criança muito nova que é abusada por um membro da família pode estar relutante em contar a sua experiência. Quando são os adultos a contar os seus casos de abuso, estes referem que estes referem que pais ou membros da família eram os agressores em 32% das ocorrências. No entanto, quando falavam sobre as experiências dos seus próprios filhos, um parente ou membro da família apenas era o abusador em 10% das vezes. Finkelhor especulou que as crianças poderiam antecipar o conflito que os pais iriam sentir caso ouvissem que um membro da sua família teve atos abusivos para com os seus filhos. Posto isto, as crianças não contariam aos seus pais do abuso de que foram vítimas de que foram vítima (Painter, 1986).

A maioria dos escritores que usam uma perspetiva clínica, assume que o abuso intrafamiliar é mais traumático e cria danos a longo prazo devido à duração das experiências, ao segredo que envolve toda a situação abusiva, aos conflitos de lealdade que se podem gerar após a denúncia, e à alta possibilidade de não acreditarem na criança, desta ser ostracizada e pressionada a retratar a acusação (Burgess & Holmstorm, 1978; Summit, 1983; Sgroi, 1982).

Baker & Duncan (1985) encontraram provas de que o abuso por uma figura parental foi considerado pelas vítimas como sendo prejudicial a longo-prazo, assim como nocivo no momento do abuso.

Para vítimas de abusadores extrafamiliares e desconhecidos, a experiência foi cotada como comparavelmente prejudicial no momento da ocorrência. Contudo, a maioria das vítimas sentiu que o abuso não teve efeito de longo-prazo (Painter, 1986).

Finkelhor (1979) apontou que apesar dos abusos por parte de pais ou padrastos serem percebidos pelas vítimas como altamente traumáticos, atos praticados por estranhos ou conhecidos são comparáveis, no que diz respeito à indução de trauma, como aqueles cometidos por familiares (cit in. Painter, 1986).

Agressores sexuais têm vindo a ser conhecidos por não usarem força física para obterem cooperação das suas vítimas. Tem sido assumido também que crianças vítimas destes abusos têm geralmente colaborado com as sugestões dos adultos e que a força não é necessária. Além disso, sugere-se também que a identidade do agressor influencia o possível uso da violência no abuso sexual (Painter, 1986).

Quando se analisa o abuso intrafamiliar, descobertas de Russel (1984) também sugerem que a identidade do agressor pode estar relacionada com os danos causados pelo ato sexual abusivo: no inquérito, padrastos estariam quase duas vezes mais propensos a envolver-se em “abusos muito agressivos” (que incluíam penetração forçada e contatos tanto via oral/genital e anal/genital) do que os pais biológicos. Em outro estudo de Dolan (1984) é indicado que o abuso sexual por padrastos envolve um período de abuso mais longo, assim como uma maior predisposição para o uso de força (Painter, 1986).

Apesar dos agressores serem normalmente conhecidos da vítima, e o abuso sexual ser primariamente um problema intrafamiliar, este tem sido um assunto que tem gerado muita polémica. A maior parte do abuso sexual que chega às mãos das autoridades de proteção das crianças envolve, de facto, maioritariamente membros da família (Finkelhor, 1994).

Ser um indivíduo do sexo masculino aumenta o risco de se tornar agressor, visto que os homens são mais frequentemente os agressores do abuso sexual em crianças. Diversas pesquisas nesta área têm mostrado que este fenómeno acontece independentemente do sexo da vítima. Por exemplo, quando as vítimas são raparigas, a percentagem de homens agressores é de 94% a 95%. Quando as vítimas são rapazes, os agressores são também do sexo masculino em cerca de 80% a 85% dos casos (Claussen, Esina & Wells, 2013).

Variadas características maternas têm vindo a ser associadas ao risco para o abuso de crianças (Dubowitz et. Al., 2011; Lee & Goerge, 1999; Philips & Erkanli, 2008). Lee e Goerge (1999) encontraram indícios de que crianças com mães que deram à luz com 17 anos

ou menos estão quase quatro vezes mais propícias a sofrer abuso sexual até aos 5 anos de idade. (cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014).

Doença mental nos pais está também associada a um aumento do risco do abuso da criança (Chaffin, Kelleher & Hollenbergm 1996), assim como a existência de maiores níveis de pobreza na família (Chaffin et al., 1996 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014).

Infelizmente, este fenómeno é um acontecimento comum e recorrente e tem vindo a ser estudo de forma global no que diz respeito também aos efeitos a nível individual na criança no decorrer da sua vida (Palo & Gilbert, 2015).

Muitos investigadores têm vindo a propor que ser uma vítima de abuso sexual em criança pode contribuir para ser tornar num futuro agressor sexual. Esta teoria “de vítima a abusador” afirma que perpetradores sexuais que experienciaram abuso sexual em crianças irão “representar” o trauma vivido, na idade adulta ou na adolescência (Hanson & Slater, 1988, cit in. Simons, Wurtele & Heil, 2002). Investigações realizadas sugerem que 25% a 70% dos abusadores sexuais em tratamento em prisões foram abusados sexualmente durante a sua infância (Barnard, Hakins, & Robbins, 1992; Dhawan & Marshal, 1996; Freund, Watson & Dickey, 1990; Graham, 1996; Groth, 1979; Hanson & Slater, 1988; Hindman & Peters, 1999; Overholser & Beck, 1989; Seghorn, Boucher, & Prentky, 1987; cit in. Simons, Wurtele & Heil, 2002). Também numa amostra comunitária, de jovens adultos, Bagley, Wood & Young (1994) encontraram resultados semelhantes que ligam a história de abuso sexual (particularmente múltiplos episódios) e o recente interesse dos indivíduos ou até mesmo contacto sexual já existente com crianças. (cit in. Simons, Wurtele & Heil, 2002).

FATORES DE RISCO

Fatores de risco das crianças como raça, sexo, idade, competência verbal, doença mental/física ou qualquer deficiência, problemas comportamentais e temperamento, são todos fatores importantes no que diz respeito ao entendimento dos abusos sexuais (Han, Lee, Yoo & Hong, 2011).

Em relação ao gênero e à sua associação com a vitimização das crianças, um vasto número de pesquisas indicam que as raparigas são mais abusadas que os rapazes (Finkelhor, 1993; Putman, 2003, Sedlak et al. 2010, cit in Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014).

No que diz respeito à idade, o risco para o abuso sexual aumenta por volta dos 6 anos de idade e outra vez por volta dos 10 anos (Finkelhor, 1993 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014). No entanto, resultados do Quarto Estudo Nacional de Incidência do Abuso e Negligência das crianças (NIS-4) indicaram um aumento nas taxas do abuso sexual nas crianças dos 0 aos 2 anos de idade (Sedlak et. Al, 2010 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014). Dois estudos de Finkelhor (1984, 1994) encontraram evidências de que crianças com idades inferiores aos 12 anos apresentam um risco de vitimização mais elevado em comparação com outras idades (Han, Lee, Yoo & Hong, 2011).

Acrescentando à idade e gênero, competências verbais são igualmente identificadas como um fator de risco para o abuso. De acordo com Sadeh et al. (1994 cit in. Han, Lee, Yoo & Hong 2011) que compararam as crianças vítimas de abuso sexual com as crianças que não foram abusadas, as vítimas apresentam níveis significativamente inferiores de competências verbais relativamente às do grupo de crianças não abusadas, apesar dos autores não conseguirem inferir uma relação causal entre a incidência do abuso e as competências verbais das crianças.

Baixo rendimento escolar é considerado também um fator de risco. Por exemplo, um estudo que analisou a performance na escola de vítimas de abuso sexual, comparando com crianças da população geral, encontrou evidências de que as vítimas de abusos sofrem de maiores problemas académicos (Paradise et al. 1994 cit in. Han, Lee, Yoo & Hong, 2011).

Investigadores têm vindo a identificar características familiares e individuais que podem colocar as crianças numa situação de risco mais inerente para o abuso sexual. Por exemplo, Finkelhor e os seus colegas (Finkelhor, 1979, 1980; Giles-Sims & Finkelhor, 1984) encontraram indícios de que as crianças em famílias de acolhimento estariam mais propensas a um risco maior de abuso sexual (cit in. Painter, 1986).

Pesquisas adicionais apontam para outro grupo de risco a ter em conta: famílias onde exista discórdia matrimonial. Finkelhor (1979 cit. in Painter, 1986) mostrou que existe de

facto um risco maior de abuso sexual em crianças do sexo feminino cujos pais estão num casamento infeliz.

Em relação às características familiares, como já foi referido anteriormente, características maternas têm vindo a ser associadas com o risco de maus-tratos de crianças (Dubowitz et al. , 2011, Lee & George, 1999; Philips & Erkanli, 2008 cit in Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014), assim como a doença mental dos pais (Chaffin, Kelleher, &Hollenberg 1996) e a pobreza da família (Chaffin et al., 1996).

Não só na família, mas também na comunidade, aumenta o risco de ASC à medida que a pobreza aumenta (Coultonm Korbun, Su & Chow, 1995; Paxson & Waldfogel, 2002 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014). Bairros com pobreza elevada têm as taxas de ASC quatro vezes maiores do que as de bairros com níveis inferiores de pobreza (Drake & Pandey, 1996 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014).

É importante acrescentar a nível familiar diversos fatores de risco como, por exemplo, a situação económica da família, tipo de família, relação pais-filhos e número de irmãos (Han, Lee, Yoo & Hong, 2011).

CONSEQUÊNCIAS PARA A VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

O ASC é mais do que um ato sexual, é uma expressão de poder, compulsividade, desejo de controlar ou um ato de vingança que está mascarado como um “ato de amor” (Hunter, 1990). O ASC tem consequências sérias e prejudiciais nas vítimas, particularmente nas crianças. Crianças vítimas deste tipo de abuso são normalmente afetadas de várias maneiras, entre elas fisicamente, psicologicamente, emocionalmente e academicamente. Devido à natureza delicada do abuso sexual, várias sociedades ocidentais começaram a conduzir pesquisas meticulosas acerca deste tipo de maus tratos às crianças com o objetivo de implementar serviços e programas de prevenção sistemáticos e eficazes, já no início dos anos 80 (Han, Lee, Yoo & Hong, 2011).

Crianças que foram abusadas sexualmente sofrem uma ampla variedade de problemas tanto do foro emocional como comportamentais, problemas estes que vão do grau mais fraco a um grau bastante severo. Estudos anteriores vieram mostrar que ser uma vítima de abuso

sexual enquanto criança ou adolescente está associado a depressões, autoestima baixa, ideação suicida, abuso de substâncias e problemas na escola (Maniglio, 2009; Mayo Clinic, 2010). Inclusive crianças que reportam pouca presença, ou mesmo a inexistência de angústia psicológica devido ao abuso sexual, poderão estar apenas com receio de expressar as suas verdadeiras emoções ou até mesmo negar os próprios sentimentos (cit in. Karthinga & Tamilselvi, 2014).

Outras crianças podem ter o que se chama “*sleeper effect*” (Petty, Wegner, Fabrigar, Priester & Cacioppo, 1993), no qual não vivenciam qualquer dano a curto prazo mas sofrem problemas sérios a longo prazo (Karthinga & Tamilselvi, 2014).

O abuso sexual desencadeia diversas problemáticas como raiva, agressão, depressão, autoestima baixa, problemas do foro sexual, suicídio, problemas a nível das relações interpessoais, stress pós traumático e somatização (Neumann et al. 1996). Pode manifestar-se nos adolescentes como depressão e outras doenças psiquiátricas (Fergusson et al. 1996 cit in. Pineda-Lucatero, Hernández-Trujillo, Millán-Guerrero & Vásquez 2008).

O abuso sexual é uma experiência traumática para a criança e interfere com o desenvolvimento da vítima, tendo repercussões negativas no seu bem-estar físico e psicológico tanto a curto como a longo prazo. (Beitchman et al. 1991; Kendall-Tackett et al., 1993 cit in. Pereda, Guilera, Forns & Gómez-Benito, 2009). No estudo de Deerting e Mellor (2011) referente às consequências a curto prazo, a maioria dos participantes da investigação afirma sentimentos como tristeza significativa e depressão, enquanto outros relatam sentimentos de terror esmagadores relacionados com a experiência sexual como, por exemplo, *flashbacks* traumáticos através de pesadelos, podendo ser um indicador de stress pós traumático. Existiu ainda um impacto negativo na autoestima da criança.

Em relação às consequências a longo prazo, todos os indivíduos do estudo de Deerting e Mellor (2011) reportaram que o abuso teve impacto nas suas funções emocionais enquanto adultos, como, por exemplo, a existência de depressão e a incapacidade de expressar certas emoções.

O abuso sexual tem ainda um impacto devastador na integridade física de uma criança. A criança foi humilhada, magoada e degradada no seu corpo. Sobreviventes do abuso muitas

vezes expressam ódio ao seu próprio corpo e muitas vezes pensam em destruí-lo devido ao constante sofrimento por eles vivido diariamente. (Haslbeck, 2010; Holderread, Heggen, 2006 cit in. Reynaert, 2015).

PREVENÇÃO

Devido à elevada prevalência de ASC e às consequências danosas associadas à experiência abusiva, é estritamente necessário dar atenção a medidas que possam prevenir estes abusos. Duas formas de prevenção têm vindo a ser estudadas e dissecadas: “gestão” dos agressores e programas educacionais desenvolvidos maioritariamente no panorama escolar.

A “gestão” de agressores é a abordagem que tem como objetivo controlar agressores conhecidos através, por exemplo, da visualização dos registos, do passado dos trabalhadores, sentenças de prisão e vários programas interventivos. A segunda medida interventiva/preventiva envolve programas educativos universais geralmente dados no âmbito escolar focados nas potenciais vítimas. Na maioria dos casos, estes programas universais intervêm também na esfera preventiva individual mas também na esfera familiar e social (Collin-Vézina, Daigneault & Hébert, 2013).

O uso destes programas interventivos universais tem inúmeras vantagens: podem ser oferecidos a um preço relativamente diminuto, são de fácil implementação e permitem chegar a um vasto número de crianças, enquanto se evita a estigmatização de uma população em particular (Collin-Vézina, Daigneault & Hébert, 2013).

No entanto, este não deve ser considerado o único método de prevenção de um assunto tão multifacetado como o abuso sexual. Uma abordagem multifactorial pode constituir uma medida bastante promissora na resolução deste problema (Collin-Vézina, Daigneault & Hébert, 2013).

A abordagem multifactorial de agressão sexual sugere que apenas o desenvolvimento de técnicas globais de prevenção, tanto a nível pessoal como familiar, bem como as normas sociais que influenciam o risco de agressão, podem reduzir substancialmente as taxas de incidência e prevalência do abuso sexual de crianças. Estas ações podem apresentar formas variadas como: campanhas de consciencialização, esforços para permitir o treino apropriado a

todos os indivíduos que possam vir a trabalhar com crianças e adolescentes incluindo temas como o abuso sexual e relacionados com o trauma, complementando com o desenvolvimento de dados para ajudar a passar informação correta para os *media* livre de sexismo, preconceitos e sensacionalismo quando se fala dos casos de agressão sexual. Além disso, a participação dos pais é um elemento fundamental para uma iniciativa de prevenção com sucesso. (Collin-Vézina, Daigneault & Hébert, 2013).

Estratégias para proteger as crianças e os adolescentes dos abusos sexuais devem ser formulados urgentemente. Educar as crianças e os adolescentes no que diz respeito à sexualidade e desenvolvimento sexual é fundamental. Programas de consciencialização nas escolas para pais, professores e alunos devem ser planeados e implementados. (Krishnakumar, Satheesan, Geeta & Sureshkumar 2013).

Tendências emergentes do aumento do abuso sexual de crianças via internet e troca de mensagens e o aumento do número de agressores juvenis justificam a implementação de medidas preventivas juntos dos pais, professores e a nível governamental. Professores, psicólogos escolares e clínicos devem estar em constante alerta para o aumento da prevalência de abuso sexual sem contacto e o número elevado de perpetradores juvenis. Questionários de rotina sobre a vitimização por parte dos indivíduos na mesma faixa etária do que as vítimas, pelos clínicos e professores ou psicólogos escolares, pode ajudar os adolescentes a divulgar eventos de natureza sexual (Mohler-Kuo et al., 2014).

ESTUDOS COMPARATIVOS SOBRE A PREVALÊNCIAS DOS ASC

Centenas de estudos que analisam a prevalência do ASC têm sido publicados até à data. As estimativas das taxas de prevalência reportadas englobam uma ampla variedade de valores desde cerca de 0% (por exemplo Sibert et al., 2002) a mais de 90% (por exemplo Meston et al., 1999 cit in. Stoltenborh et al., 2015). Os resultados mostram de maneira clara que as experiências de ASC prevalecem em todas as sociedades que foram estudadas (Schonbucher et al., 2011).

Finkelhor, Shattuck, Turner & Hamby (2014) sugerem que uma das estatísticas mais duradouras e vastas em relação aos maus tratos a crianças é a predisposição de que uma criança irá ser abusada sexualmente no decorrer da sua infância. A estatística citada de forma

mais relevante é “uma em 4 raparigas e um em cada 6 rapazes”. Estudos sobre a prevalência do abuso sexual têm vindo a encontrar, de uma forma consistente, que pelo menos 20% das mulheres e de 5% a 10% dos homens sofreram uma experiência sexual abusiva na sua infância. (Finkelhor, 1994).

Estudos sugerem que o género, idade e raça estão associados ao risco de vitimização sexual. No entanto, continuam presentes variadas questões. O ASC afecta tanto rapazes como raparigas, apesar de haver significativamente menos informação acerca do sexo masculino (Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014).

Pérez-Fuentes et al. (2013) afirmam ainda que os rapazes podem estar relutantes em divulgar o abuso sexual por medo de punição, estigma acerca da homossexualidade, e perda de autoestima. Alguns estudos sugerem que os homens relatam menos as suas histórias de abuso sexual que as mulheres devido ao medo de julgamentos, vulnerabilidade e perda da sua masculinidade. Algumas provas encontradas seguem que os rapazes foram menos vezes abusados que as raparigas. Os homens estão socializados para se comportarem como iniciadores sexuais e estão normalmente em situações de poder que, certas vezes, poderá conduzir ao abuso. As mulheres são tradicionalmente submissas aos homens, o que as pode tornar mais vulneráveis a abusos praticados por indivíduos autoritários do sexo masculino. Raparigas, e não rapazes, apresentam um risco maior para virem a sofrer de abuso sexual se tiverem um padrasto. No entanto, programas de prevenção e intervenção devem abranger ambos os sexos.

Estas estimativas são maioritariamente baseadas em estudos de retrospectivas de adultos das suas experiências na infância, querendo isto dizer que são recolhas de eventos que acontecerem muitos anos antes (Finkelhor, Shattuck, Turner & Hamby, 2014). Na tabela 1 são apresentados nove estudos que são exemplos da prevalência dos ASC, referindo a diferença entre a percentagem de raparigas e a percentagem de rapazes que foram sujeitos a situações e experiências sexualmente abusivas.

Tabela 1: Estudos referentes à prevalência dos ASC

Autor	Pais	Prevalência
Mohler-Kuo, M et al. (2014)	Suíça	40,2% Feminino 17,2% Masculino
Krishnakumar, P., Satheesan, K., Geeta, M. & Sureshkmar, K. (2013)	Kerala, Índia	35% Feminino 36% Masculino
Okur, P., Van Der Knaap, L. & Bogaerts, S. (2015)	Holanda	53% Feminino 32,9% Masculino
Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H & Hamby, S. (2014)	Estados Unidos da América	26,6% Feminino 5,1% Masculino
Shonbucher, V. (2011)	Suíça	40% Feminino 11% Masculino
Pineda-Lucatero, A., Trujillo-Hernández, B., Millán-Guerrero, R. & Vásquez, C. (2008)	México	58% Feminino 42% Masculino
Madu, S. (2001)	África do Sul	23,7 % Feminino 21,7% Masculino
Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I. & Smith, C. (1990)	Estados Unidos da América	27% Feminino 16% Masculino
Gorey, K. & Leslie, D. (1997)	América do Norte	22,3% Feminino 8,5% Masculino

Em suma, cada criança é vulnerável, dependente e inocente. Quando uma criança é abusada sexualmente, existe uma violação do seu estado psicológico, mental e físico. A criança entra no que é chamado de ciclo de sobrevivência (Virani, 2000). Primeiro, o abuso causa uma enorme confusão em relação ao que se está ou não a passar, o que leva consequentemente à autoalienação, um estágio no qual a criança se sente isolada. Continua então a esconder-se de si própria. Mais tarde, apodera-se o sentimento de culpa e um sentimento negativo em relação ao seu próprio self. O ciclo continua e em cada momento que

a criança relembra o abuso, é sentido por esta um devastador sentimento de impotência (cit in. Karthina & Tamilselvi, 2014).

MÉTODO

OBJETO DE ESTUDO

A presente dissertação vem estudar as características dos ASC, assim como o tipo de abuso e os tipos de agressores existentes numa amostra de jovens estudantes portugueses, através de um estudo retrospectivo, na tentativa de uma melhor interpretação deste fenómeno.

Com a presente dissertação, pretende-se consciencializar a sociedade para a dimensão desta problemática e consequentemente implementar medidas adequadas, tanto de prevenção como de intervenção, com o intuito de diminuir o número catastrófico de crianças vítimas de abuso sexual.

QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Como forma de explicar alguns problemas considerados relevantes para o estudo dos abusos sexuais de crianças, foram criadas duas questões de investigação:

- 1- Relação existente entre a idade da vítima, em várias etapas do abuso, e o tipo de abuso por ela perçecionado.
- 2- Diferenças significativas em ambos os géneros, no que diz respeito à sua consciencialização do abuso.

PARTICIPANTES

Este estudo abrange um grupo de participantes constituído por 430 jovens, portugueses e estudantes universitários, dos quais 321 indivíduos (74,6%) são do sexo feminino e 109 indivíduos (25,4%) são do sexo masculino (Figura 2). Destes 430 participantes, 177 indivíduos apontam ter perçecionado na sua infância algum tipo de abuso.

Em relação à caracterização da amostra pode verificar-se (Tabela 2) que existe uma maior frequência absoluta nos 22 anos (92 participantes) e seguidamente dos participantes com 23 anos que constituem 17% da amostra total (73 participantes). No entanto, as idades de 21 e 24 anos têm valores bastante semelhantes e representam, respetivamente, cada uma 11,9% e 11,4% da população. A menor frequência está centrada nos indivíduos com 18 e 19 anos (34 e 42 participantes respetivamente), o que diz respeito a 17,7% da amostra conjuntamente. A idade máxima (25 anos) regista apenas 36 participantes, o que equivale a menos de metade da idade com o maior número de participantes (22 anos) e também da idade imediata que detém 73 sujeitos da amostra (23 anos). No que diz respeito à amostra dos 177 sujeitos, a media de idade é de 22 anos.

Figura 2: Caracterização da amostra da investigação em termos da sua distribuição face ao género

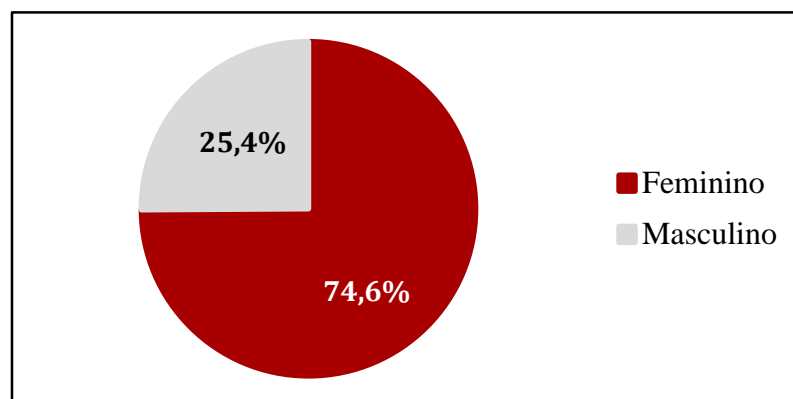
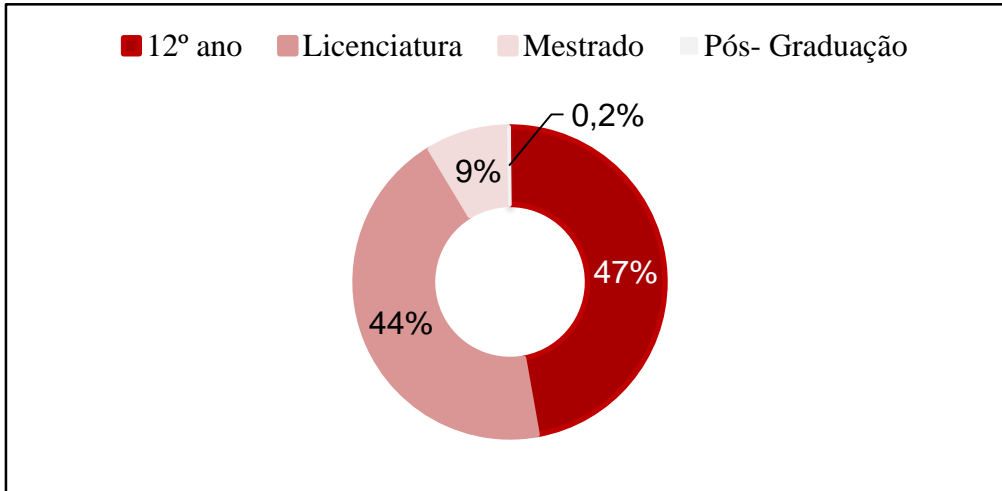


Tabela 2: Caracterização da amostra da investigação em termos da sua distribuição face às idades

Idades	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
18	34	7,9
19	42	9,8
20	53	12,3
21	51	11,9
22	92	21,4
23	73	17,0
24	49	11,4
25	36	8,4
Total	430	100,0

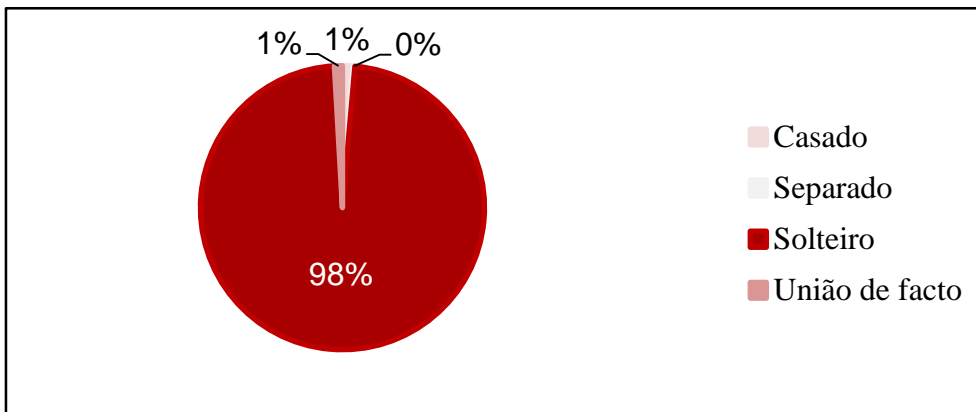
Seguidamente, no que diz respeito às habilitações literárias dos indivíduos incluídos no estudo, a maioria apresenta o grau académico de Licenciatura (44%) e o 12º ano de escolaridade (47%). A percentagem mais reduzida de indivíduos remete para participantes que se encontram a fazer pós-graduação (0,2%), o que de equiva a apenas a 1 jovem. Por último, é referido que 36 participantes apresentam o grau de Mestre na sua especialidade. Nos 177 indivíduos que constituem a amostra de indivíduos abusados sexualmente, 41,2% apresenta o 12º ano como grau académico, 50,8% Licenciatura, 7,3% Mestrado e apenas 0,6% (1 indivíduo) apresenta uma Pós-Graduação.

Figura 3: Caracterização da amostra da investigação em termos da sua distribuição face às habilitações literárias.



Por fim, no que concerne ao estado civil, a maioria dos jovens são solteiros (98%), tendo participado também no estudo 5 indivíduos casados, 1 indivíduo separado e 4 em união de facto (Figura 3). Os valores são bastante semelhantes para a amostra mais pequena onde 96,6% (171 indivíduos) dos indivíduos são solteiros, 1,7% casados, 1,1% em união de facto e 0,6 % (1 indivíduo) separados.

Figura 4: Caracterização da amostra da investigação em termos da sua distribuição face ao estado civil dos participantes



DELINEAMENTO

A presente investigação apresenta um estudo descritivo, visto que se pretende dar a conhecer determinadas características de um fenómeno (Marôco & Bispo, 2005) com uma

amostra não probabilística, isto é, a probabilidade de um determinado elemento pertencer à amostra não é igual à dos restantes elementos visto que os elementos foram selecionados pela sua conveniência ao estudo (Marôco, 2010) – no caso do presente estudo, refere-se a estudantes universitários com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos.

Para a recolha dos dados procedeu-se à aplicação de um questionário de autopreenchimento.

PROCEDIMENTO

A obtenção do número de participantes necessários foi previamente definida como sendo feita via *online*, não só para proteção do anonimato dos sujeitos, mas principalmente para maior autenticidade dos resultados, visto ser um método onde os sujeitos têm maior liberdade para responder de forma sincera às perguntas do questionário. Os sujeitos foram adquiridos não só através de contactos pessoais, mas também através de partilhas feitas através de plataformas digitais.

Antes do preenchimento do questionário foi elaborado um pequeno texto introdutório (**Anexo C**) onde foi devidamente explicado o objetivo do estudo, garantindo não só o anonimato do participante como também o carácter voluntário do seu preenchimento, podendo o sujeito desistir assim que achasse necessário.

Além dos dados recolhidos através deste estudo, foram incorporados também dados de um estudo de 2013 para fins académicos e realizado pelo Professor José Ornelas e o aluno Paulo Domingos, com o objetivo de obter uma amostra mais alargada.

Após a recolha dos dados, os mesmos foram analisados estatisticamente com recurso à ferramenta *Statistical Package for the Social Science* (SPSS).

INSTRUMENTO

Para a obtenção dos dados neste estudo, foi utilizado um questionário de auto preenchimento construído por Altman (2005) para a sua tese de dissertação, de nome

Childhood Sexual Experiences Questionnaire, baseado no questionário original de Finkelhor (1978) e Mendel (1992).

Este questionário foi traduzido para português, versão esta utilizada no presente estudo. O questionário, bastante objetivo, é constituído primeiramente por uma série de questões demográficas onde se pretende obter informações tais como: idade, habilitações literárias, género, nacionalidade, entre outras. Seguidamente, o inquérito permite-nos recolher informação relativa a características do abuso, tipo de abuso, tipo de agressor, duração do abuso e idade do agressor.

O questionário apresenta uma escala tipo Likert composta por 16 itens e pretende medir a severidade do abuso percebida por cada sujeito através de respostas como (1) "Não tenho a certeza", (2) "Nunca", (3) "Raramente", (4) "Às vezes", (5) "Frequentemente" e (6) "Muito Frequentemente".

As situações surgem ordenadas das menos graves para as mais graves, ordenação idêntica à desenvolvida por Chaffin et al (1997, cit in Altman, 2005). Como exemplo, a questão "Convite para fazer ou falar de algo de forma sexual" recebeu a pontuação 1, e "Tocar nos genitais de alguém" recebeu a pontuação de 8, enquanto "Ser envolvido em abusos com rituais de natureza satânica ou outros, ou tortura sexual" recebeu pontuação de 16. Esta escala foi desenvolvida para medir a frequência do abuso sexual de uma criança e a sua severidade (Altman, 2005).

A instrução anterior às 16 questões é a seguinte: *"Como é do conhecimento geral, muitas pessoas tiveram práticas sexuais abusivas enquanto crianças. Algumas destas experiências ocorreram com amigos, colegas e com familiares. Com o termo sexual, entende-se qualquer situação que possa ter sido sentida por si como tendo um carácter abusivo, invasivo e não desejado. Se sentir que o preenchimento deste questionário está a ser demasiado doloroso para si, pedimos-lhe que pare imediatamente e escreva "Muito doloroso" na pergunta onde parou, passando de imediato para a última instrução que enuncia "Assinale com um X com que frequência as seguintes situações lhe aconteceram, antes dos 12 anos de idade" podendo posteriormente os sujeitos responder ao inquérito.*

VALIDAÇÃO

De seguida, será apresentada a escala utilizada dando ênfase às suas qualidades métricas: a) estrutura interna e b) fiabilidade, com recurso aos *softwares* estatísticos: Statistical Package for the Social Sciences (*SPSS*) e Analysis of Moments Structures (*AMOS*).

Relativamente à validade, mais especificamente à estrutura interna das diferentes escalas, esta foi verificada através da análise fatorial confirmatória. Este tipo de técnica permite testar a validade do modelo teórico quando estamos perante informação previamente fornecida. Neste caso específico, Altman (2005) concedeu à priori a estrutura factorial da escala (número de dimensões e itens pertencentes a cada dimensão).

Nas situações em que o nosso modelo apresentava ganhos significativos no seu ajustamento, foram correlacionados os erros de medida do mesmo. No entanto, a adição ao modelo das trajetórias entre os resíduos assinalados ocorreu apenas entre os resíduos que pertenciam à mesma dimensão. Fundamenta-se pelo conteúdo semelhante que cada par de erros apresenta pela pertença ao mesmo factor (Byrne, 2001).

Após a análise da qualidade do ajustamento global, verificou-se a qualidade do ajustamento local. Constatou-se que os itens apresentavam pesos fatoriais significativos ($\lambda \geq 0,5$) e consequentemente uma percentagem de variância explicada adequada ($R^2 \geq 0,5$) (Marôco, 2010). Os itens com valores inferiores aos referidos anteriormente foram propositadamente esquecidos.

ESTRUTURA INTERNA (ANÁLISE FACTORIAL)

Na análise da estrutura interna do modelo original, os índices de ajustamento encontrados foram inaceitáveis (e.g RMSEA= 0,148) e ainda os itens 3, 5 e 6 revelaram-se pouco significativos. Foram devidamente retirados e correlacionados os erros de medida que indicavam índices de modificação benéficos para o ajustamento do modelo.

Tabela 3: Índices de qualidade de ajustamento

Índice	M1-Modelo com correlação entre erros	M2-Modelo com correlação entre erros e sem itens 3,5 e 6
$\chi^2 ; p$	$\chi^2_{(62)} = 300,089; p < 0,01$	$\chi^2_{(27)} = 83,364; p < 0,01$
χ^2/gf	4,840 (Ajustamento sofrível)	3,088 (Ajustamento sofrível)
CFI (Comparative Fit Index)	0,803 (Ajustamento sofrível)	0,945 (Ajustamento bom)
GFI (Goodness-of-Fit Index)	0,785 (Ajustamento mau)	0,917 (Ajustamento bom)
RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation)	0,148 $p < 0,001$ (Ajustamento inaceitável)	0,100 $p < 0,001$ (Ajustamento bom)
AIC (Akaike Information Criterion)	358,089	139,364
BCC (Browne-Cudeck Criterion)	363,101	143,097
MECVI	2,063	0,813

Ao nível da qualidade do ajustamento local (M2), todos os itens apresentam pesos fatoriais elevados ($\lambda > 0,5$) (Marôco, 2010). Os resultados indicam, assim, uma estrutura trifatorial concordante com o modelo proposto teoricamente.

No entanto, é verificado que os fatores apresentam correlações estatisticamente significativas.

Tabela 4: Correlações das 3 dimensões da escala Experiências Sexuais Infantis

	1	2	3
1 - Genitais		0,959**	0,720**
2 – Outras Partes	0,959**		0,465**
3- Penetração	0,720**	0,465**	

** p<0,001

A existência deste tipo de correlações ocorre devido à presença de um fator comum (fator latente de 2ª ordem), responsável pela fonte de variação comum das 3 dimensões (Byrne, 2001). O fator a considerar poderá ser o próprio Abuso, ou seja, o nível de Abuso Sexual manifestar-se-á no nível dos “Genitais”, “Outras Partes do Corpo” e “Penetração”. Optou-se assim pela realização de um terceiro modelo (M3) que retrata o fator latente de 2ª ordem, ainda que os valores dos índices de ajustamento não tenham sofrido alterações em relação ao modelo anterior.

Figura 5: Modelo de 2ª ordem da escala de Experiências Sexuais Infantis

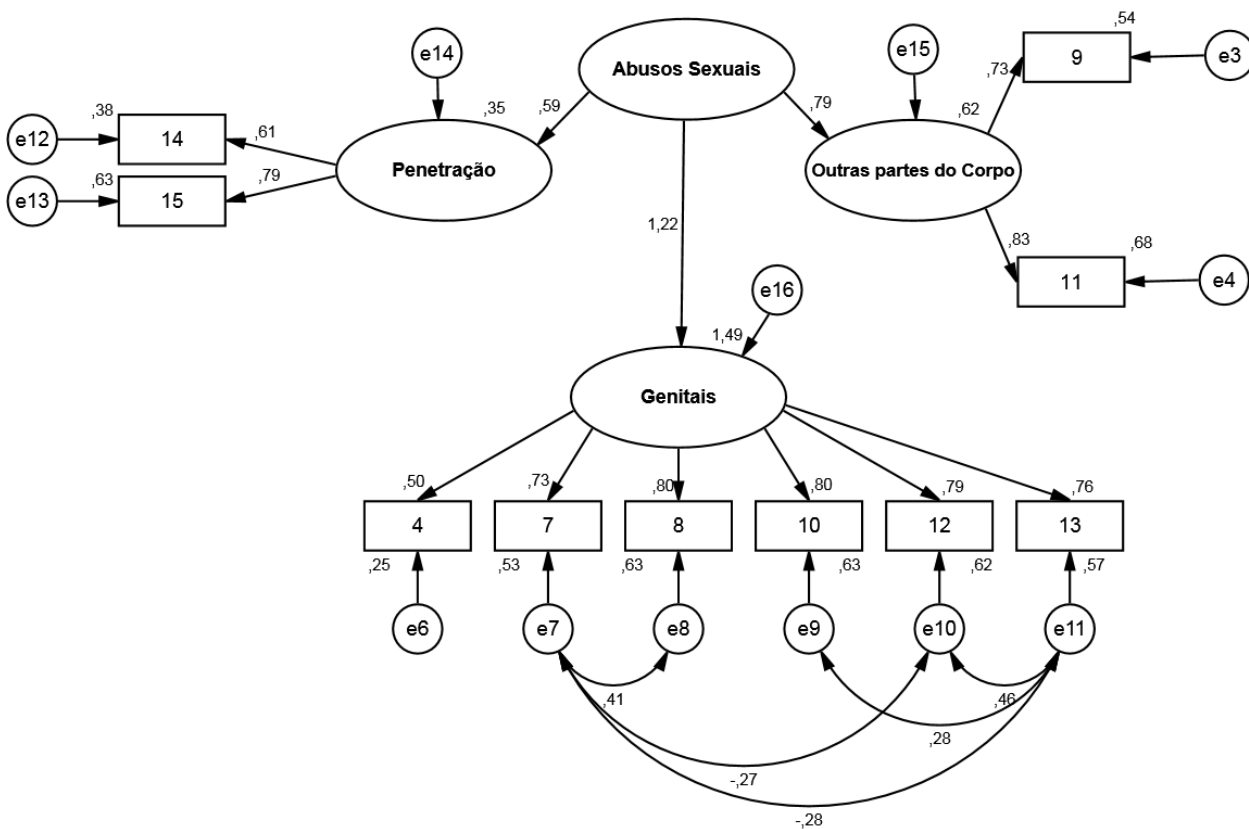


Tabela 5: Índices de qualidade de ajustamento dos modelos de 1ª e 2ª ordem

Índice	M2- Modelo de 1ª ordem da escala de Experiências Sexuais Infantis	M3- Modelo de 2ª ordem da escala de Experiências Sexuais Infantis
$\chi^2; p$	$\chi^2_{(27)} = 83,364; p < 0,01$	$\chi^2_{(27)} = 83,364; p < 0,01$
χ^2/gf	3,088 (Ajustamento sofrível)	3,088 (Ajustamento sofrível)
CFI (Comparative Fit Index)	0,945 (Ajustamento bom)	0,945 (Ajustamento bom)
GFI (Goodness-of-Fit Index)	0,917 (Ajustamento bom)	0,917 (Ajustamento bom)
RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation)	0,100 $p < 0,001$ (Ajustamento bom)	0,100 $p < 0,001$ (Ajustamento bom)
AIC (Akaike Information Criterion)	139,364	139,364
BCC (Browne-Cudeck Criterion)	143,097	143,097
MECVI	0,813	0,813

Comparativamente ao modelo testado anteriormente (Modelo de 1ª ordem), os valores dos índices de ajustamento são exatamente iguais.

Concluindo, a validação da estrutura trifatorial da escala de Experiências Sexuais Infantis também deve contemplar um fator de 2ª ordem designado de “Abusos Sexuais”.

FIABILIDADE

Em relação à fiabilidade ou à precisão da medida, esta foi avaliada através da consistência interna, com o Alfa de Cronbach. A fiabilidade permite analisar a proporção de variância nos resultados que é devida à dimensão que se pretende medir ou, por outro lado, que parte da variância de um resultado é atribuível a erro. As medidas revelam uma boa

consistência interna com $\alpha > 0,65$ (Murphy & Davidsholder, 1988 cit in. Marôco & Garcia-Marques, 2006).

Tabela 6: *Consistência interna Experiências Sexuais Infantis*

Dimensão	Nº Itens	Item	Alfa Total
Penetração	2	14	0,65
		15	
Genitais	6	4	0,87
		7	
		8	
		10	
		12	
		13	
Outras Partes	2	9	0,74
		11	
Abusos	10		0,89

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

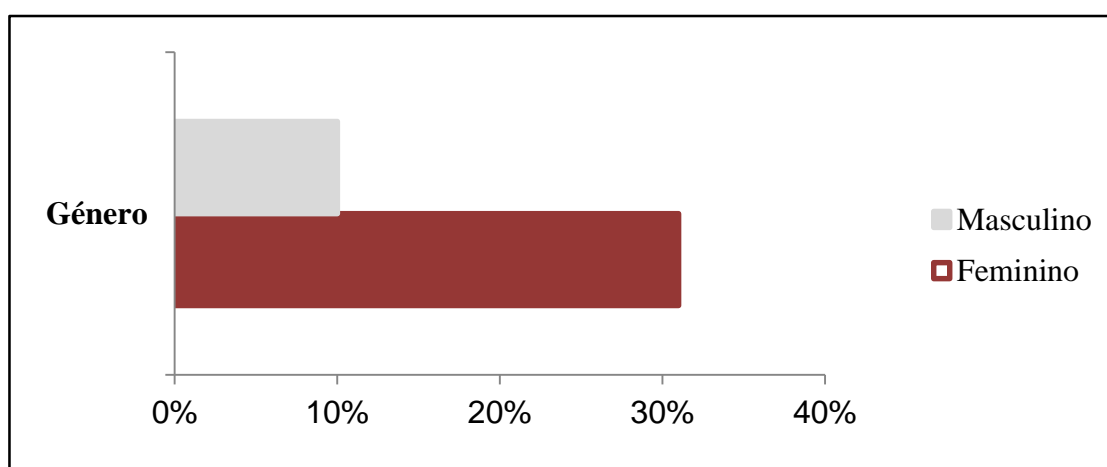
DADOS DESCRITIVOS

Dos 430 participantes inquiridos - jovens estudantes universitários com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos - 321 participantes (74,7%) são do sexo feminino e 109 (25,3%) do sexo masculino. Existe um maior número de indivíduos com 22 anos, cerca de 92 participantes, 44% dos jovens licenciados e 47% com o 12º ano de escolaridade. De notar que 98% dos participantes são solteiros. Da amostra de jovens mais relevante para o estudo, os 41% (177 sujeitos) da amostra total, 74,6% são indivíduos do sexo feminino enquanto 25,4% são do sexo masculino. Em relação à média de idades, esta está presente nos 22 anos, onde 50,8% refere apresentar o grau académico de Licenciatura e 171 indivíduos são solteiros.

PREVALÊNCIA

Relativamente aos dados que foram obtidos através do *Childhood Sexual Experience Questionnaire* (Altman, 2005), foi apurada uma prevalência de ASC de aproximadamente 41%, que corresponde à frequência absoluta de 177 indivíduos dos 430 que englobam a totalidade da nossa amostra, onde aproximadamente 30% (134) corresponde ao sexo feminino e 11% (45) ao sexo masculino.

Figura 6: Prevalência dos Abusos Sexuais de Crianças



As taxas do ASC que foram obtidas numa larga amostra da população geral são bastante elevadas, apesar de existirem alguns estudos que encontraram valores inferiores (Derup Stokes, McCord & Aydlett, 2013 cit in. Tychey, Laurent, Lighezzolo-Alnot, Garnier & Vandelet 2015).

TIPOS DE ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS

Como já referido anteriormente, Finkelhor (1979 cit in Painter 1986) incluiu a “exibição” (mostrar os genitais a alguém ou alguém mostrar os genitais) dentro da sua definição de experiências de vitimização. No presente estudo foram de facto confirmadas as afirmações de Finkelhor visto que a situação que apresenta a percentagem mais elevada e mais frequentemente identificada na dimensão de abuso “sem contacto físico” é, de facto, a questão 4, “Alguém lhe mostrou os genitais”, com uma percentagem de 46,7%, enquanto na dimensão de abuso “com contacto físico” existe uma percentagem maior na questão “Ser

apalpado por cima da roupa” (que pertence ao conceito de “toque” referido em vários estudos) com 69,8% das respostas.

Tabela 7: Percentagem dos tipos de situações mais frequentemente identificadas

	Perguntas	% ASC
ASC sem contacto	Convite ou falar de algo sexual	37,6
	Beijar e abraçar de uma forma sexual	35,7
	Alguém lhe mostrou os genitais	46,7
	Mostrar os seus genitais a alguém	31,5
ASC com contacto	Ser apalpado por cima da roupa	69,8
	Apalpar alguém por cima da roupa	29,4
	Alguém tocar nos seus órgãos genitais	23,8
	Tocar nos órgãos genitais de alguém	12,8
	Experienciar uma relação sexual por cima da roupa	23,8
	Masturbar alguém ou ser envolvido na masturbação de alguém	10,6
	Experienciar uma relação sexual por baixo da roupa (por exemplo sem penetração)	13,5
	Alguém ter contacto oral com os seus genitais	8,1
	Ter contacto oral com os genitais de alguém	
	Ser penetrado com os dedos ou com um objeto	7,1
	Ser envolvido ou tentativa de envolvê-lo em relações sexuais anais	6,5
		7
	Ser envolvido em abusos com rituais de natureza satânica ou outros, ou tortura sexual	3,5

Nota: Dados mais detalhados no Anexo D

TIPO DE AGRESSORES

Dos 177 indivíduos pertencentes à nossa amostra, 33 sujeitos não responderam ao tipo de agressor. Houve também quem apontasse mais do que um agressor. Tendo isto em consideração, os dados seguintes terão apenas em consideração 144 sujeitos e não a amostra a ser estudados dos 177 indivíduos que sofreram algum tipo de abuso.

Os resultados obtidos pelo estudo vão de encontro com os estudos executados por Finkelhor em 1994. É possível observar no Anexo E que a maior percentagem de abusadores encontra-se na categoria “Amigos” que detém mais de metade (aproximadamente 53%) das respostas dos sujeitos, mostrando ser importante não esquecer os abusadores fora do seio familiar da criança mas conhecidos da mesma. Segundo Finkelhor (1994), tem existido uma maior consciencialização face a estes agressores juvenis.

É possível verificar o número baixo de abusadores do sexo feminino no presente estudo. Tanto a categoria mãe como a categoria avó apresentam percentagens muito baixas na amostra (0,7%).

Foi construída também uma tabela (abaixo apresentada), com base no estudo de Altman (2005) que divide em categorias o papel do agressor na sua relação com a vítima: “Agressores familiares” (por exemplo: mãe, pai, tio, tia, etc) e “Agressores não familiares (por exemplo: amigo, pessoa conhecida mas não amiga, etc). É necessário ter em atenção o facto da opção “Outros” não aparecer em nenhuma das categorias pois não foi discriminada no questionário. Esta tabela ajuda a uma melhor percepção do abuso podendo dividi-lo em abuso intra e extrafamiliar.

Tabela 8: Relação da vítima com o agressor

Agressor familiar		Agressor não familiar	
Pessoas	%	Pessoas	%
Padrasto	1,4	Pessoa conhecida mas não amiga	20,1
Tio	5,6		
Primo/a	16,7	Estranho	10,4
Pai	3,5		
Meio-irmão	1,4	Amigo/a	52,8
Madrasta	0,7		
Irmão	2,8	Treinador/a	0,7
Irmã	1,4		
Avô	2,8	Professor/a	0,7
Avó	0,7		
Mãe	0,7		

Nota: Percentagem de relação da vítima com o agressor - Outros: 2,1

MÉDIA DAS IDADES

Neste domínio vamos abordar a média mais frequente do início do abuso, do fim do abuso e ainda a média mais frequente da idade dos agressores.

Média mais frequente do início do abuso

Os resultados do presente estudo referem que a idade média encontrada para o início do abuso é de aproximadamente 9 anos de idade, resultados estes que vão de encontro com o estudo de Finkelhor (1993 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014) onde é referido um aumento do risco de vitimização das crianças por volta dos 10 anos de idade visto ser uma idade onde as crianças se encontram mais vulneráveis. No entanto, estudos como o de Deerting e Mellor (2014) apontam a idade comum para o início do abuso aos 7 anos de idade.

No estudo de Oaksford e Frude (2001), é referida a importância das raparigas adolescentes de serem avisadas dos possíveis perigos do abuso por partes dos indivíduos da mesma faixa etária e os possíveis riscos do começo dos namoros (Wyatt et al., 1999).

A presente amostra apresenta como idade mínima do início do abuso os 3 anos de idade e como idade máxima os 12 anos, sendo a idade mais frequente (moda) os 10 anos de idade (21,9% dos casos).

Média mais frequente do fim do abuso

No que diz respeito ao fim do abuso, Deerting e Mellor (2014) apontam como idade média para o fim do abuso aproximadamente os 12 anos, o que vai de encontro aos resultados obtidos no nosso estudo que apontam para a idade aproximada dos 11,3 anos (de idade) como idade final do abuso.

A presente amostra apresenta como idade mínima do início do abuso os 3 anos de idade e como idade máxima os 23 anos, sendo a idade mais frequente (moda) os 12 anos de idade (18,9% dos casos).

Média mais frequente da idade dos agressores

Na presente investigação, a idade média encontrada dos agressores foi de aproximadamente 20 anos (19,8), sendo a amplitude de idade dos 3 aos 76 anos. Estes resultados vão contra os estudos de Finkelhor (1979) que refere que um terço de todos os abusadores tem idades inferiores a 18 anos. No entanto coincide com as suas alegações em 1994 que refere existir uma maior noção da existência dos perpetradores juvenis.

Todavia, um diverso número de estudos refere estar centrada abaixo dos 25 anos (Anderson et al., 1993; Collings, 1997; Gomez-Schwartz et al., 1990; Wyatt et al., 1990 cit in. Oaksford & Frude, 2001).

Pesquisas sugerem que a maioria dos agressores desenvolve um comportamento sexual desviante antes dos 18 anos de idade (Abel & Rouleau, 1990 cit in. Oaksford & Frude, 2001).

QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

ABUSO/IDADE

Em relação à análise das três dimensões do instrumento, registadas nos resultados; *Outras partes do corpo* (questões 9 e 11), *Órgãos Genitais* (questões 4, 7, 8, 10, 12 e 13), *Penetração* (questões 14 e 15) e a dimensão de segunda ordem “Abusos”, criada posteriormente, foram criadas as seguintes questões de investigação:

- 1) Idade do início do abuso: existe uma correlação positiva entre a idade do início do abuso e a percepção da criança face abuso sexual, nas suas três dimensões (Altman, 2005) e na dimensão “Abuso” criada posteriormente.
- 2) Duração do abuso: existe uma correlação positiva entre a duração do abuso e a percepção da criança face ao abuso sexual, nas suas 3 dimensões (Altman, 2005) e na dimensão “Abuso” criada posteriormente.
- 3) Idade do fim do abuso: existe uma correlação positiva entre a duração do abuso e a percepção da criança face ao abuso sexual, nas suas três dimensões (Altman, 2005) e na dimensão “Abuso” criada posteriormente.

Depois de analisados os dados através do programa *SPSS* pode-se verificar que:

- 1) Idade início do abuso: nas dimensões “Genitais” e “Abuso” a correlação existente é negativa. Assim, à medida que a idade do início do abuso aumenta, a percepção por parte dos sujeitos na dimensão genitais e a percepção do abuso em si diminuem, ao contrário dos resultados encontrados nas outras dimensões, tanto na dimensão “Penetração” ($R_{\text{penetração}}=0,020$; $p=0,832$) como na dimensão “Outras partes do corpo” ($R_{\text{outras}}=-0,111$; $p=0,238$) onde a correlação é positiva. ($R_{\text{genitais}}=-0,094$; $p=0,321$ e ($R_{\text{abusos}}=-0,088$; $p=0,350$) (Anexo H).
- 2) Duração do abuso: apenas na dimensão “Outras partes do corpo” a correlação existente é positiva ($R_{\text{outras}}=0,189$; $p=0,064$). Pode-se assim constatar que, quando a duração do abuso sexual aumenta, os indivíduos têm uma maior percepção dos abusos no que dizem respeito à dimensão mencionada. ($R_{\text{penetração}}=0,232$; $p=0,022$, $R_{\text{genitais}}=0,220$; $p=0,030$); e $R_{\text{abusos}}=0,244$; $p=0,016$) (Anexo H).
- 3) Idade fim do abuso: por último é possível afirmar que a correlação é positiva em todas as dimensões estudadas e que quanto maior é a idade do fim do abuso

maior a percepção que os sujeitos têm do abuso nestas quatro dimensões. (($R_{penetração}=0,182$; $p=0,056$, $R_{outras}=0,032$; $p=0,736$, $R_{genitais}=0,088$; $p=0,360$ e ($R_{abusos}=0,104$; $p=0,279$) (Anexo H).

ABUSO/GÉNERO

Na segunda questão de investigação que pretende estudar se existem diferenças significativas entre os géneros (feminino e masculino) no que diz respeito à percepção do abuso sexual nas suas quatro dimensões (“Genitais”, “Resto do corpo”, “Penetração” e “Abuso”), os resultados obtidos afirmam claramente não existir diferenças entre ambos os géneros nas dimensões: “Penetração”, “Outras partes do corpo” e na dimensão “Abuso”. No entanto, existem diferenças significativas no género no que diz respeito à dimensão “Genitais” (*Penetração*: p-value $1 > 0,05$, *Resto do corpo*: p-value $0,515 > 0,05$, *Abusos*: p-value $0,091 > 0,05$ e *Genitais*: p-value $0,042 < 0,05$) para um nível de confiança de 95% (Anexo I).

DISCUSSÃO

Investigações têm mostrado repetidamente que as pessoas diferem na sua percepção e entendimento acerca de vários acontecimentos físicos, psicológicos e sociais. Estas preocupações e diferenças revelam-se mais claras nas crianças. Tem vindo a ser demonstrado que o entendimento das crianças acerca de determinado evento varia em função do seu desenvolvimento cognitivo (Bibace & Walsh, 1980 cit in. Wurtele & Miller, 1987).

Adicionalmente, o presente estudo encontrou taxas elevadas de vitimização sexual em comparação com outros autores, e veio reforçar a afirmação de que o abuso sexual de crianças é um fenómeno mundialmente prevalente.

De um modo geral, 41% da nossa amostra experienciou alguma forma de abuso sexual no decorrer da sua infância (30% sexo feminino e 11% sexo masculino). Este valor pode estar relacionado com uma série de fatores, como por exemplo a ampla definição existente de abuso sexual infantil quando comparados com outros estudos que pode ter levado à confirmação de um vasto número de episódios abusivos que foram considerados abusos sexuais de crianças. Também o elevado número de raparigas abusadas em comparação com os

rapazes pode ter contribuído para a elevada taxa de prevalência (Okur, Van der Knaap & Bogaerts, 2015). Esta hipótese é suportada com investigações que sugerem que ser uma rapariga é um apresenta um risco mais elevado para o abuso sexual (Fergusson, Lynskey & Horwood, 1996, Finkelhor, 1993, cit in. Okur, Van der Knaap & Bogaerts, 2015).

No entanto, apesar do abuso sexual de crianças ser menos comum nos rapazes (Putman, 2003 cit in. Oshima, Jonson-Reid & Seay, 2014), os seus resultados não deixam de ser relevantes e preocupantes. As diferenças existentes entre ambos os géneros podem surgir da falta de casos reportados por parte dos indivíduos do sexo masculino, visto que a atenção por parte dos pais, professores, pediatras e outros profissionais recai principalmente nas raparigas (Monlar, Buka, Kessler & Harris, 1997, cit in. Pérez-Fuentes et al.,2013).

Ambos os resultados encontrados no presente estudo para raparigas e rapazes (30% e 11% respectivamente) são preocupantes. Segundo Price et al. (2001 cit in. Maria, 2012), foi considerado que as raparigas correm um maior risco de serem vítimas de abuso sexual do que os rapazes, considerando mesmo ser pouco provável os rapazes serem abusados sexualmente. Este mito intensifica-se pelo facto de que culturalmente ser menos observável que elementos do sexo masculino sejam vítimas, e por outro lado, rapazes acreditarem que serão vistos como “fracos” por não saberem lidar com uma situação abusiva, o que irá dificultar a denúncia da situação (Tower, 2002 cit in. Maria, 2012).

Estudos têm mostrado que existe uma desproporção relativamente ao número elevado de vítimas do sexo feminino em relação a do sexo masculino. Em comparação aos rapazes, as raparigas apresentam duas a três vezes um risco mais elevado de vitimização sexual (Claussen, Esina & Wells, 2013).

Os resultados obtidos no presente estudo foram comparados com outros estudos realizados a nível internacional ao longo dos anos (Tabela 1). Podemos inferir que os resultados da prevalência encontram-se bastante elevados e particularmente semelhantes a valores obtidos em outras investigações. No entanto, existem estudos com resultados ainda superiores. Na Suíça, por exemplo, um estudo realizado por Mohler-Kuo, Landolt, Maier, Meidert, Schonbucher & Schnyder em 2014 constatou uma prevalência de ASC do sexo feminino de 40,2% e de 17,2% no sexo masculino, assim como no estudo de Okur, Van Der Knaap & Bogaerts em 2015 cujos valores são substancialmente elevados tanto no sexo

feminino (53%) como no sexo masculino (32,9%) e no estudo de Gwirayi (2013) cujos valores de prevalência foram de 56,3%.

Os valores obtidos na presente dissertação no que diz respeito à comparação de géneros, encontram-se dentro dos parâmetros considerados padrão que, segundo Barth, Bermetz, Heim, Trelle, & Tonia (2013), podem variar dos 8% aos 31% para o sexo feminino e dos 3% aos 17% para o sexo masculino, assim como dos 7% aos 36% para o sexo feminino e dos 3% aos 29% no sexo masculino, segundo Finkelhor (1994).

No entanto, o valor de prevalência obtido (41%) encontra-se inferior ao valor apresentado por Russel (1983), sendo este de 54 % (Painter, 1986), e dentro dos valores do estudo de de Peters et al. (1986 cit in. Gwirayi, 2013) cujos valores variam para o sexo feminino de 6 a 62% e de 3 a 31% para o sexo masculino.

Apesar da existência de diversos estudos que apresentam resultados muito elevados, contrariamente também são apresentados alguns cujos valores são mais reduzidos, como por exemplo no trabalho de Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990) onde a prevalência no sexo feminino é de 27%, e no sexo masculino encontra-se uma prevalência mais elevada que ronda os 16%, valor este que se encontra dentro do padrão acima exposto.

Comparando com o estudo Português de Figueiredo, Paiva, Matos, Maia e Fernandes (2001) (com uma amostra de 932 adultos), os resultados obtidos são estatisticamente diferentes dos valores encontrados na presente dissertação, sendo estes de 2,6% de prevalência de abuso sexual de crianças comparativamente aos 41% do presente estudo.

Seguidamente, no que diz respeito ao abuso sexual com e sem contacto físico, a presente investigação apresenta percentagens mais elevadas na categoria “com contacto” no item que se refere ao toque, mais concretamente na questão “Ser apalpado por cima da roupa”, sem pôr de parte a elevada percentagem na categoria “sem contacto”, mais especificamente no item “Alguém lhe mostrou os genitais” referente ao exibicionismo. Estes resultados coincidem com outras investigações, por exemplo a de Okur, Van der Knaap e Bogaerts (2015) que mostrou uma taxa mais elevada na categoria “com contacto”, sem esquecer no entanto a restante categoria que tem de ser tida em conta devido ao número crescente de situações.

Os resultados obtidos na presente dissertação coincidem com o estudo de Oaksford e Frude (2001) relativamente à população feminina onde foi possível visualizar que, em relação ao tipo de abuso “sem contacto”, a percentagem maior pertence ao “exibicionismo” com 21% das respostas e em relação ao abuso “com contacto” existe uma alta percentagem de pessoas (68%) que respondem que o “toque” são consideradas a situação mais frequente de forma de abuso sexual.

Em relação ao estudo de Han, Lee, Yoo e Hong (2011), a maior percentagem encontra-se mais uma vez na categoria de abuso “sem contacto”, com 73% pertencentes ao item “Piadas/assédio ou exposição a material sexual”, enquanto na dimensão “com contacto” a maior percentagem pertence a “Tocar nos genitais da vítima ou pedir para tocar nos genitais do perpetrador” com 28% das respostas (mais uma vez referindo-se ao conceito de “toque”).

Noutro estudo, Gwirayi (2013) refere valores diferentes na dimensão sem contacto onde 41,8% dos indivíduos refere o item “Mostrar imagem ou vídeo de pessoas a realizarem atos sexuais” como sendo o item mais frequente. No entanto, em relação à dimensão “com contacto”, é possível ver que 19,8% das pessoas afirmaram como tipo de abuso mais frequente “Tocar no corpo de maneira sexual” que vai de encontro ao conceito de “toque” ou “apalpar”.

Por último, um estudo mais recente de Okur, Van der Knaap e Bogaerts. (2015) apresenta resultados similares, com a forma de abuso “sem contacto” a apresentar uma percentagem maior (16,2%) no item “Alguém mostrou os genitais”, enquanto que na forma de abuso sexual “com contacto” o item com maior frequência de resposta pertence à questão “Alguém te beijou forçadamente” com 23,4% das respostas.

Todos estes estudos, juntamente com a presente dissertação, como já foi referido, apresentam resultados bastante semelhantes, chamando então à atenção para as formas de abuso sexual menos intrusivas, mas que englobam a maioria dos abusos sexuais existentes e percebidos pela população, alertando conseqüentemente para a sua importância e severidade comparativamente a outros mais intrusivos.

O terceiro tópico abordado no presente estudo diz respeito ao tipo de agressor. Segundo Russell (1984), o abuso extrafamiliar é definido como experiências sexuais não desejadas

com pessoa não relacionadas com a vítima por sangue ou casamento, que pode incluir toque ou tentativa de toque nos seios ou genitais e penetração. O abuso intrafamiliar é definido como qualquer tipo de contacto exploratório sexual entre relações no seio familiar antes dos 18 anos de idade (cit in Finkelhor, 1994).

Os estudos sobre a prevalência mostram que perpetradores intrafamiliares constituem uma amostra que vai desde um terço a metade de todos os abusadores de crianças do sexo feminino e apenas de um décimo a um quinto de todos os abusadores de crianças do sexo masculino (Finkelhor, 1994).

Não existe qualquer dúvida que o abuso intrafamiliar tem mais probabilidades de ser duradouro e em algumas das suas dimensões, principalmente no abuso pais-criança, tem vindo a mostrar-se mais severo e com maiores consequências a longo prazo. Perpetradores intrafamiliares constituem menos de metade do total de agressores nos estudos retrospectivos. A importância dos abusadores conhecidos das crianças, principalmente; vizinhos, professores, treinadores, líderes religiosos e amigos não deve ser sobreposto exclusivamente pelo abuso por membros da família (Finkelhor, 1994).

Estudos anteriores relativos ao abuso sexual de crianças têm sublinhado a preponderância de adultos como os maiores perpetradores nestes casos de abuso sexual (Gwirayi, 2013). O presente estudo estabelece que, no que diz respeito aos abusadores, a categoria “amigos” apresenta o maior número de ocorrências com mais de 50% das respostas dos indivíduos da amostra, percentagem idêntica a de resultados encontrados em estudos semelhantes, o que chama a atenção para abusadores conhecidos da vítima como sendo os mais frequentes (Sorbo et al., 2013). A predominância dos pares como abusadores mais comuns tem vindo a ganhar maior relevância nos últimos tempos (Derej et al., 2006, Human Rights Watch, 2011, Priebe & Svedin, 2009, cit in. Gwirayi, 2013). A hipótese de que o abusador é conhecido da vítima também tem vindo a ser discutida em investigações anteriores (Gwirayi, 2013).

Fatores como a ausência dos pais, o viver com um padrasto, conflitos parentais, adversidades a nível familiar e isolamento social têm estado também ligados a um maior risco de abusos sexuais de crianças (Collin-Véniza, Daigneault, & Hébert, 2013 cit in. Mekuria, Nigussie & Abera, 2015).

Existe reduzida pesquisa e poucos estudos acerca do abuso sexual de crianças realizado por agressores do sexo feminino (tanto adolescentes como adultos) em comparação com o abuso realizado por homens (visto o abuso sexual de crianças ser maioritariamente executado por homens) (Claussen, Esina & Wells, 2013). Apesar dos abusadores do sexo feminino constituírem uma percentagem pequena de casos (10%), têm vindo a ser feitas sugestões relativamente a este tipo de abuso que referem que estes casos passam despercebidos, apesar de se terem vindo a multiplicar ao longo dos anos, o que pode vir a provar, quando forem todos os casos revelados, que mulheres abusam das crianças tanto quanto os homens (Finkelhor, 1994).

É importante também salientar que segundo Baker e Duncan (1985 cit. in Painter, 1986), como já foi referido anteriormente, foram encontrados indícios de que o abuso realizado por uma figura parental era considerado pelas vítimas como sendo prejudicial a longo prazo, assim como nocivo na altura em que ocorria o tal abuso. No entanto, para as vítimas de abuso extrafamiliar e abuso por estranhos, a experiência foi cotada como sendo comparativamente negativa na altura do abuso, tendo em atenção os resultados específicos do nosso estudo e, conseqüentemente, dando grande importância ao valor elevado de respostas que apontam para quase metade de abusadores serem indivíduos com idades semelhantes às da vítima.

Apesar do abuso em outros países ser de uma maneira geral aparentemente dominado por abusadores do seio intrafamiliar (Oaksford & Frude 2001, no presente estudo os abusadores ainda que próximos da vítima, estão concentrados na categoria “Amigos”. Este fenómeno pode-se observar, segundo Finkelhor (1984 cit in. Painter 1986), por exemplo, devido ao facto das crianças muito jovens que foram abusadas por um membro familiar ficarem relutantes a contar a alguém sobre o abuso.

Relativamente às questões de investigação, a primeira questão encontrou uma correlação positiva nas dimensões do abuso “Penetração” e “Outras partes do corpo”, o que quer dizer que, à medida que a idade do abuso aumenta, a percepção por parte dos sujeitos nestas dimensões aumenta também. No que diz respeito à duração do abuso apenas na dimensão “Outras partes do corpo”, a correlação é positiva o que mostra que, quando o abuso tem uma duração maior, a percepção dos indivíduos acerca do abuso também é maior. Por último, no fim do abuso a correlação é positiva em todas as opções estudadas. Logo, os sujeitos

percepcionam mais o abuso quando este termina e os indivíduos têm uma idade mais avançada.

Na seguinte questão de investigação, realizada para averiguar diferenças entre os sexos na sua percepção do abuso, os resultados obtidos revelam que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as raparigas e os rapazes no que diz respeito à sua percepção do abuso, apenas existindo diferenças entre os géneros na dimensão “Genitais”.

Como já foi referido anteriormente, existem discrepâncias relativamente aos resultados estimados do ASC que podem ser atribuídos a variações na metodologia em relação a tópicos como a amostragem, definição do abuso, método de administração do instrumento, restrições de idade e *design* do questionário (Pineda-Lucatero et al. 2009). Apesar de não existir nenhuma definição universal para o conceito de ASC, poucos estudos adotaram validações para as suas definições. Existe também um número pequeno de estudos que distinguem o abuso sexual com e sem contacto físico e tem existido informação limitada em relação ao tipo de abuso sexual experienciado pelas vítimas (Gustafson & Sarwer, 2004 cit in. Gwirayi, 2013). É importante não esquecer também os fatores culturais envolventes para além dos restantes fatores referidos.

Apesar dos resultados da presente discussão serem baseados numa amostra de dimensão considerável (430 estudantes portugueses com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos), o estudo apresenta algumas limitações que necessitam de ser reconhecidas.

Segundo Finkelhor (1993), uma das problemáticas principais dos estudos retrospectivos é que, uma vez que são realizados com adultos, os resultados não podem ser generalizados para as crianças devido às potenciais circunstâncias que envolvem a vitimização serem diferentes (cit in. Pereda, Guilera, Forns & Gómez-Benito, 2009). O uso de estudos retrospectivos podem também mostrar um número mais significativo de falsos negativos do que falsos positivos. Visto que o presente estudo é baseado em recordações pode estar sujeito a erros como percepção distorcida daquilo que realmente aconteceu, reinterpretação do abuso, amnésia completa ou parcial devido à negação vivida ou também ao desejo consciente de não responder ao inquérito de forma sincera (Briere, 1992, Goldman & Padayachi, 2000, McMillen & Zuravin, 1998., Prescott et al., 200, cit in. Pereda, Guilera, Forns & Gómez-Benito, 2009).

Outras limitações podem também incluir a ampla definição de abuso sexual de crianças que pode não estar em conformidade com outros estudos e o facto de metade da amostra ter sido recolhida via online o que não mede a honestidade e sinceridade dos indivíduos enquanto respondem ao questionário.

Devido à elevada prevalência e às consequências que dela advêm, é importante referir a relevância de estudar medidas preventivas para este tipo de abuso. Sugestões para estudos futuros serão, investigações que ajudem na implementação de medidas preventivas com o intuito de evitar ao máximo este fenómeno prevalente que é o abuso sexual de crianças.

A maioria das iniciativas educativas partilha os mesmos objetivos que incluem: a) ajudar as crianças a reconhecer situações que potencialmente abusivas; b) encorajar as crianças a recusar pedidos de natureza sexual; c) ensinar as crianças a resistir e a conseguirem escapar do abusador; d) encorajar as crianças a reportar abusos passados ou abusos que ainda estão a decorrer a figuras de autoridade da sua confiança; e) explicar que o segredo ou o toque inadequado nunca é da responsabilidade da criança (Wurtele, 2008. cit in. Wurtele, Miller-Perrin, 2012).

Temos como exemplos destas iniciativas direcionadas para prevenção, o programa “*Cool and SAFE*” caracterizado por ser um programa de prevenção online que tem como principais alvos as crianças no ensino básico. O principal objetivo deste programa é prevenir o abuso sexual de crianças através da transmissão de conhecimentos acerca de comportamentos considerados seguros, toque apropriado e inapropriado, assim como segredos “bons” e segredos “maus”. Neste programa, as crianças são então envolvidas em pequenos filmes, histórias, tarefas e/ou jogos onde podem escolher entre diferentes formas de se comportarem (Muller, Roder & Fingerle, 2014).

Estudos têm concluído constantemente que, ao participarem nestes programas/iniciativas educativas, o conhecimento das crianças sobre o abuso sexual e comportamentos protetores aumenta (Berrick & Barth, 1992; Davis & Gidycz, 2000; Finkelhor, 2007; MacMillan, Wathen, Barlow, Fergusson, Leventhal & Taussing, 2009; Mikton & Butchart, 2009; Rispen, Aleman & Goudena, 1997; Topping & Barron, 2009; Wurtele & Kenny, 2010; Zwi, Woolfenden, Wheeler, O’Brien, Tait & Williams, 2007. cit in. Wurtele & Miller-Perrin,

2012). Uma estratégia de prevenção adicional envolve os adultos presentes no ambiente da criança, como pais, professores e outros profissionais (Wurtele & Miller-Perri, 2012).

As consequências a longo prazo dos abusos sexuais de crianças e o consequente abandono não afectam apenas a vítima, mas também têm impacto nas suas famílias, relações futuras e na sociedade. É um problema social complexo que requer uma resposta compreensiva (Lalor, McElvaney, 2010 cit in. Mekuria, Nigussie & Abera, 2015).

Dada a existência de estudos que apontam para o facto da idade da vítima, o sexo da criança e do agressor sexual influenciarem as percepções das pessoas acerca da atribuição de culpas relativamente aos abusos sexuais (Maynard & Wiederman, 1997 cit in. Maria, 2012), a presente dissertação tenta encontrar indícios de que certos mitos devem ser esquecidos para posteriormente ajudar a sociedade a implementar novas estratégias para combater de forma mais ativa os abusos sexuais de crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altman, D. (2005). *The effects of childhood sexual abuse on adult male attachments in closer relationships*. (Dissertação de Doutorado). Texas: A&M University.

Barth, J. Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S. & Tonia, T. (2013). The current Prevalence of child sexual abuse worldwide: a systematic review and meta-analysis. *International Journal of Public Health*. Vol. 58. pp. 469-483.

Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modeling with AMOS : basic concepts, applications, and programming*. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates.

Claussen, C., Esina, E., Wells, L. (2013). Childs Sexual Abuse: A Cursory Review of Risk and Protective Factors for Victimization and Perpetration. *Association of Alberts Sexual Assault Services*.

Collin-Vézina, D., Daigneault, I. & Hébert, M. (2013). Lessons learned from child sexual abuse research: prevalence, outcomes and preventive strategies. *Child & Adolescent Psychiatric & Mental Health.*, Vo. 7. No. 22., pp. 1-9.

Deerting, R., Mellor, D. (2011). An Exploratory Qualitative Study of the Self-Reported Impacto of Female-Perpetrated Childhood Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse.*, Vol. 20., No. 1, pp. 58-76.

Figueiredo, B., Paiva, C., Matos, R., Maia, A. & Fernandes, E. (2001). História de abuso durante a infância. *Análise Psicológica*, 3 (XIX)., pp. 365-387.

Finkelhor, D. (1979). *Sexual Victimized Children*. New York: The free press

Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I. & Smith, C. (1990) Sexual abuse in a national survey of adult men and women: prevalence, characteristics, and risk factos. *Child, Abuse & Neglect*. Vol. 14. pp. 19-28.

Finkelhor, D.(1994). Current Information on the Scope and Nature of Child Sexual Abuse. *The Future of Children: Sexual Abuse of Children*, Vol. 4, No. 2, pp.31-53.

Finkelhor, D., Shattuck, A., Turner, H., Hamby, S. (2014). The Lifetime Prevalence of Child Sexual Abuse and Sexual Assault Assessed in Late Adolescence. *Journal of Adolescent Health*, Vol. 55, pp. 329-333.

Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of Child Sexual Abuse. *Child Abuse and Neglect*, Vol. 18, No. 5, pp. 409- 417.

Goldman, J.D.G. & Padayachi, U.K. (1997). The prevalence and the nature of child sexual abuse in Queensland, Australia. *Child Abuse and Neglect. The International Journal*. Vol. 21, pp. 489-498

Gory, K. & Leslie, D. (1997). The prevalence of child sexual abuse: integrative review adjustment for potential response and measurement bias. *Child Abuse & Neglect*. Vol. 21. No. 4. pp. 391-398.

Gwirayi, P. (2013). The Prevalence of child Sexual Abuse among secondary school pupils in Gweru, Zimbabwe. *Journal of Sexual Agression*, Vol. 19, No. 3, pp. 253-263.

Han, I., Lee, Y., Yoo, S. & Hong, J. (2011). Prevalence of and Risk Factors for Male Sexual Abuse: The Case in South Korea. *Journal of Loss and Trauma*. Vol. 16, pp. 84-101.

Karthiga, R. & Tamilselvi, A. & Ravikumar, R. (2014). Child Sexual Abuse in Madurai, India: A Literary Review and Empirical Study. *Journal of Child Sexual Abuse*, Vol.23, No. 6, pp. 727-744.

Krishnakumar, P., Satheesan, K., Geeta, M. & Sureshkumar, K. (2013). Prevalence and Spectrum of sexual Abuse among adolescents in Kerala, South India. *Indian Journal of Pediatrics*. Vol. 81., No. 8. pp. 770-774.

Madu, N. (2001). The prevalence and patterns of childhood sexual abuse and victim-perpetrator relationship among a sample of university students. *South African Journal of Psychology*. Vol. 31. No 4. pp.32-37.

Maria, S. (2012). Abusos sexuais de crianças: Mudanças resultantes de uma intervenção preventiva. (Tese de Doutorado, ISPA- Instituto Universitário, 2012).

Marôco, J. & Bispo, R. (2005). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Climepsi Edições.

Mâroco, J. & Garcia-Marques, T (2006). Qual a fiabilidade do Alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratoria de Psicologia*. Vol. 4. No. 1. pp. 65-90

Marôco, J. (2010) *Análise de equações estruturais-fundamentos teóricos, software & aplicação*. Pêro Pinheiro: Report Number.

Mekuria, A., Nigussie, A. & Abera, M. (2015). Childhood sexual abuse experiences and its associated factors among adolescent female high school students in Arbaminch town, Gammo Goffa zone, Southern Ethiopia: A mixed method study. *BMC International Health and Human rights*. Vol. 15. No. 21.

Mohler-Kuo, M., Landolt, M., Maier, T., Meidert, U., Schonbucher, V. & Schnyder, U. (2014). Child Sexual Abuse Revisited: A population-based cross-sectional study among Swiss adolescents. *Journal of Adolescent Health*. Vol. 54. pp. 304-311.

Muller, A., Roder, M. & Fingerle, M. (2014). Child sexual abuse prevention goes online: Introducing “Cool and SAFE” and its effects. *Computers & Education*. Vol. 78. pp. 60-65.

Oaksford, K. & Frude, N. (2001). The prevalence and natura of child sexual abuse: Evidence from a female University sample in the UK. *Child Abuse Review*. Vol.10. pp. 49-59.

Okur, P., Van der Knaap, L. & Bogaerts, S. (2015). Prevalence and Nature of child sexual abuse in the Netherlands; Ethnic Differences. *Journal of Child Sexual Abuse*. Vol 24. No. 1. pp.1-15.

Ornelas, J., Maria, S. (2010). O Papel da comunidade na prevenção dos abusos sexuais de crianças. *Análise Psicológica, I (XXV)*, 13-24

Oshima, K. Jonson-Reid, M. & Seay, K. (2014). The Influence of Childhood Sexual Abuse on Adolescent Outcomes: The Roles of Gender, Poverty, and Revictimization. *Journal of Child Sexual Abuse*. Vol. 23, No. 4, pp. 367-386.

Painter, S. (1986). Research on the prevalence of child sexual abuse: New directions. *Journal of Behaviour Science* , Vol. 18, No. 4, pp. 323-339.

Palo, A. Gilbert, B. (2015). The Relationship between Perceptions of Response to Disclosure of Childhood Sexual Abuse and Later Outcomes. *Journal of Child Sexual Abuse*. Vol. 24, No. 5, pp. 445-463.

Pereda, N., Guilera, G, Forns, M, Gómez-Benito, J. (2009). The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, Vol. 29,pp. 328-338.

Pérez-Fuentes, G., Olfson, M., Villegas, L., Morcillo, C., Wang, S., Blanco, C. (2013). Prevalence and correlates of child sexual abuse: a national study. *Comprehensive Psychiatry*, Vol. 54,pp.16-27.

Pineda-Lucatero, A., Hernández-Trujillo, B., Millán-Guerrero,R., Vásquez, C. (2008). Prevalence of childhood sexual abuse among Mexican adolescents. *Child: care, health and development*,pp.184-189.

Reynaert, M (2015). Sexual Abuse of Children as a form of power abuse and abuse of the body. *Acta Theologica*. Vol.35. No. 1, pp. 189-200.

Schein, M., Biderman, A., Baras, M., Bennett, L., Bisharat, B., Borkan, J., Fogelman, Y., Gordon, L., Steinmetz, D & Kitai, E. (2000). The prevalence of history of child sexual abuse among adults visiting family practitioners in Israel. *Child, Abuse & Neglect.*, Vol. 24. No. 5., pp. 667-675.

Schonbucher, V., Maier, T., Held, L., Mohler-Kuo, M., Schnyder, U., Landolf, M. (2011). Prevalence of child sexual abuse in Switzerland a systematic review. *The European Journal of Medical Science*.

Simons, Wurtele & Heil (2002) Childhood Victimization and Lack of Empathy as Predictors of sexual Offending against Women and Children. *Journal of Interpersonal Violence*. Vo. 17. No 12. pp- 1291-1307.

Sorbo, M., Grimstada, H., Bjorngaard, J., Schein, B & Lukasse, M. (2013) Prevalence of sexual, physical and emotional abuse in the Norwegian mother and child cohort study. *BMC Public Health*. Vol. 13. pp- 1-11.

Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M., Alink, L. & IJzendoorn, M. (2015) The Prevalence of child Maltreatment across the Globe: Review of a Series of Meta-Analyses. *Child Sexual Abuse Review*. Vol. 24, pp. 37-50.

Tschumper, A., Narring, F., Meier, C & Michaud, PA (1998). Sexual victimization in adolescent girls (age 15-20 years) enrolled in post-mandatory or professional training programs in Switzerland. *Acta Paediatric*. Vol. 8. No. 2.

Tychev, C., Laurent, M., Lighezzolo-Alnot, J., Garnier, S. & Vandelet, E., 2015. Prevalence of Sexual Abuse in Childhood: Some Critical Methodological Reflections., *Journal of Child Sexual Abuse*., Vol. 24, pp. 401-411.

Wurtele, S. & Miller, C. (1987). Children's conception of Sexual Abuse. *Journal of Clinical Child Psychology*. Vol. 16. No. 3. pp. 185-191.

Wurtele, S. & Miller-Perrin, C. (2012). Global efforts to prevent the sexual exploitation of minors. *World perspectives on child abuse*. pp- 82-88).

ANEXOS (II)

Anexo A: Questionário Demográfico

Questionário Demográfico

1. Idade__

2. Género (*Assinale com um X*)
F__ M__

3. Orientação Sexual
 - a) Heterossexual __
 - b) Homossexual __
 - c) Bissexual __

4. Estado Civil (*Assinale com um X*)
 - a) Casado __
 - b) União de facto __
 - c) Divorciado __
 - d) Separado __
 - e) Viúvo __
 - f) Solteiro __

5. Qual a sua nacionalidade? _____.

6. Qual a naturalidade? _____.

7. Quais as suas habilitações académicas? _____.

Anexo B: Questionário de Abusos Sexuais de Crianças- *Childhood Sexual Experience Questionnaire* (Altman, 2005).

Questionário de Experiências Sexuais Infantis

Como é do conhecimento geral, muitas pessoas tiveram práticas sexuais abusivas enquanto crianças. Algumas destas experiências ocorreram com amigos, colegas e com familiares.

Com o termo sexual, entende-se qualquer situação que possa ter sido sentida por si como tendo um carácter abusivo, invasivo e não desejado.

Se sentir que o preenchimento deste questionário está a ser demasiado doloroso para si, pedimos-lhe que pare imediatamente e escreva “Muito doloroso” na pergunta onde parou.

Assinale com um X, com que frequência estas situações lhe aconteceram antes dos 12 anos?

	Não tenho a certeza	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito frequentemente
Convite ou falar de algo sexual						
Beijar e abraçar de uma forma sexual						
Alguém lhe mostrou os genitais						
Mostrar os seus genitais a alguém						
Ser apalpado por cima da roupa						

Apalpar
alguém por
cima da roupa

Alguém tocar
nos seus
órgãos
genitais

Tocar nos
órgãos
genitais de
alguém

Experienciar
relação sexual
por cima da
roupa

Masturbar
alguém ou ser
envolvido na
masturbação
de alguém

Experienciar
uma relação
sexual por
baixo da
roupa (por
exemplo, sem
penetração)

Alguém ter
contacto oral
com os seus
genitais

Ter contacto
oral com os

órgãos
genitais de
alguém

Ser penetrado
com os dedos
ou com um
objeto

Ser envolvido
ou tentativa
de envolvê-lo
em relações
sexuais anais

Ser envolvido
em abusos
com rituais de
natureza
satânica ou
outros, ou
tortura sexual

Quem era/eram para si a(s) pessoa(s) que protagonizaram as situações acima identificadas? Assinale com um X todas as pessoas envolvidas, indicando também a idade que teriam nessa altura.

Estranho __,____	Avô __,____
Pessoa conhecida, mas não amiga __,____	Avó __,____
Amigo/a __,____	Padrasto __,____
Sobrinho/a __,____	Madrasta __,____
Primo/a __,____	Meio-irmão __,____
Irmão __,____	Meia-irmã __,____
Irmã __,____	Professor/a __,____
Pai __,____	Treinador/a __,____
Mãe __,____	Conselheiro/a __,____

Tio __,____

Babysitter __,____

Tia __,____

Outro __,____

Que idade tinha quando as experiências acima começaram? _____

Que idade tinha quando as experiências acima pararam? _____

(Se só teve uma experiência, indique a sua idade na altura

dessa experiência. Se as experiências continuaram

para além dos 12 anos, escreva “mais de 12 anos” no espaço acima

indicado.)

Obrigado pela sua participação

Anexo C: Introdução ao inquérito

O meu nome é Inês Semedo, sou estudante de psicologia no ISPA-Instituto Universitário, estou no 5º ano de Mestrado em Psicologia Clínica e estou a realizar a tese sobre os “Abusos sexuais de crianças em Portugal numa amostra de jovens estudantes Universitários entre os 18 e os 25 anos (VP)”. Esta tese tem como objectivo determinar, especificar e caracterizar os abusos sexuais de crianças, o tipo de abuso e o tipo de agressor, comparando-os com estudos nacionais e internacionais, de maneira a esclarecer, expor e clarificar os seus resultados. Gostaria de pedir a tua disponibilidade para a realização deste inquérito que irá servir como base para o meu estudo. O inquérito é confidencial, anónimo e o seu preenchimento é voluntário.

Qualquer dúvida ou esclarecimento acerca da investigação estou disponível através dos e-mails: inesemedo@hotmail.com/inesemedo@gmail.com

Obrigada pela disponibilidade,

Inês Semedo

Anexo D: Percentagem das respostas do Abuso Sexual de Crianças

Perguntas	Não				Freq.	Muito Freq.
	tenho a certeza	Nunca	Raramente	Às vezes		
1.Convite ou falar de algo sexual	(F) 12 (%) 6,8	(F) 103 (%) 62,4	(F) 23 (%) 13,9	(F) 32 (%) 19,4	(F) 6 (%) 3,6	(F) 1 (%) 0,6
2. Beijar e abraçar de uma forma sexual	(F) 9 (%) 5,1	(F) 108 (%) 64,3	(F) 26 (%) 15,5	(F) 29 (%) 17,3	(F) 3 (%) 1,8	(F) 2 (%) 1,2
3. Alguém lhe mostrou os genitais	(F) 10 (%) 5,6	(F) 89 (%) 53,3	(F) 42 (%) 25,1	(F) 29 (%) 17,4	(F) 6 (%) 3,6	(F) 1 (%) 0,6
4. Mostrar os seus genitais a alguém	(F) 9 (%) 5,1	(F) 115 (%) 68,5	(F) 32 (%) 19	(F) 18 (%) 10,7	(F) 3 (%) 1,8	
5. Ser apalpado por cima da roupa	(F) 8 (%) 4,5	(F) 51 (%) 30,2	(F) 52 (%) 30,8	(F) 55 (%) 32,5	(F) 10 (%) 5,9	(F) 1 (%) 0,6
6. Apalpar alguém por cima da roupa	(F) 14 (%) 7,9	(F) 115 (%) 70,6	(F) 19 (%) 11,7	(F) 24 (%) 14,7	(F) 4 (%) 2,5	(F) 1 (%) 0,6
7. Alguém tocar nos seus órgãos genitais	(F) 13 (%) 7,3	(F) 125 (%) 76,2	(F) 16 (%) 9,8	(F) 20 (%) 12,2	(F) 1 (%) 0,6	(F) 2 (%) 1,2
8. Tocar nos órgãos genitais de alguém	(F) 13 (%) 7,3	(F) 143 (%) 87,2	(F) 8 (%) 4,9	(F) 10 (%) 6,1	(F) 1 (%) 0,6	(F) 2 (%) 1,2
9. Experienciar uma relação sexual por	(F) 9 (%) 5,1	(F) 128 (%) 76,2	(F) 12 (%) 7,1	(F) 26 (%) 15,5	(F) 1 (%) 0,6	(F) 1 (%) 0,6

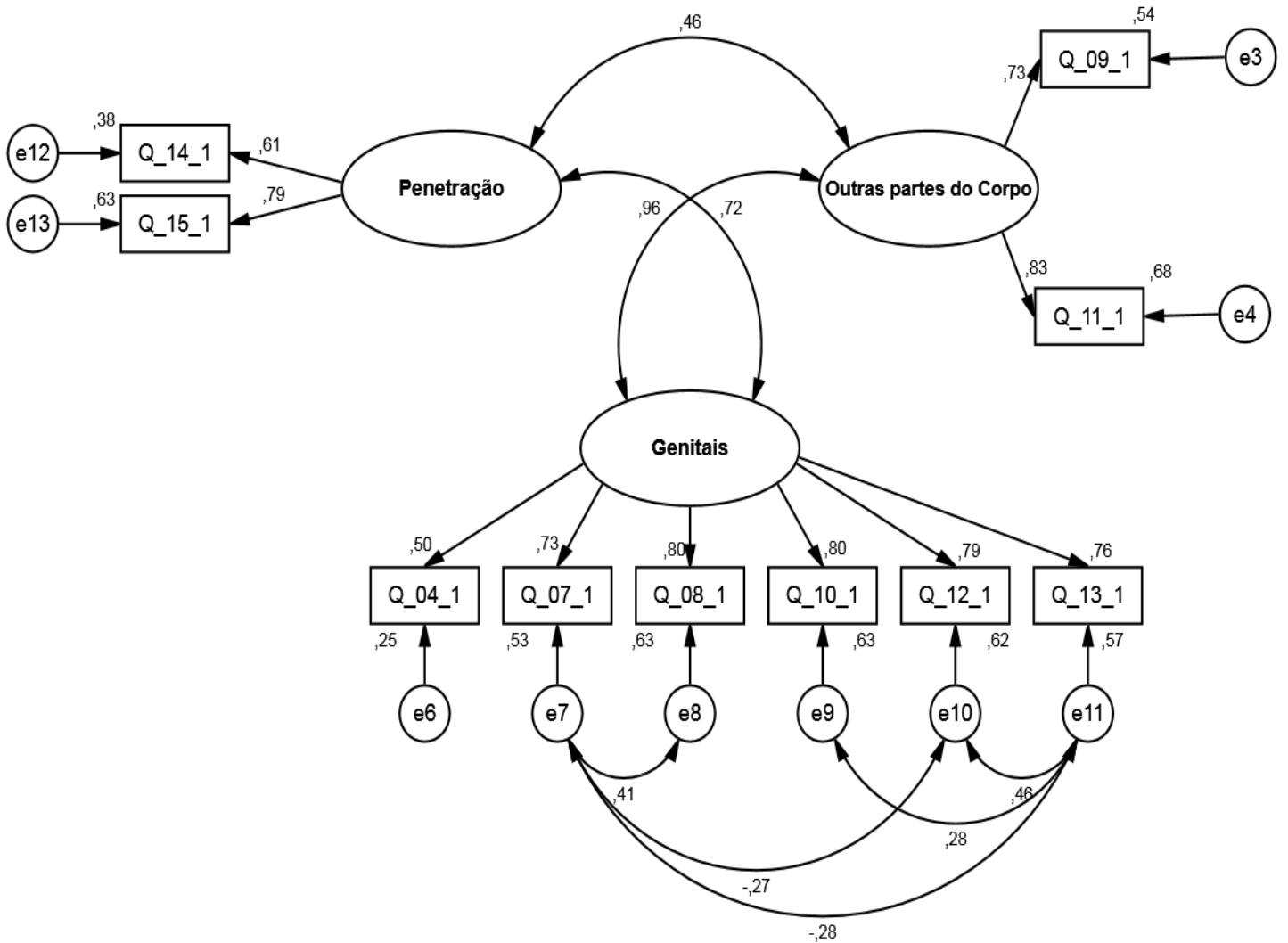
cima da roupa					
10. Masturbar alguém ou ser envolvido na masturbação de alguém	(F) 7 (%) 4	(F) 152 (%) 89,4	(F) 4 (%) 2,4	(F) 13 (%) 7,6	(F) 1 (%) 0,6
11. Experienciar uma relação sexual por baixo da roupa (por exemplo sem penetração)	(F) 7 (%) 4	(F) 147 (%) 86,5	(F) 8 (%) 4,7	(F) 13 (%) 7,6	(F) 2 (%) 1,2
12. Alguém ter contacto oral com os seus genitais	(F) 5 (%) 2,8	(F) 158 (%) 91,9	(F) 3 (%) 1,7	(F) 10 (%) 5,8	(F) 1 (%) 0,6
13. Ter contacto oral com os genitais de alguém	(F) 7 (%) 4	(F) 158 (%) 92,9	(F) 3 (%) 1,8	(F) 8 (%) 4,7	(F) 1 (%) 0,6
14. Ser penetrado com os dedos ou com um objeto	(F) 7 (%) 4	(F) 159 (%) 93,5	(F) 2 (%) 1,2	(F) 6 (%) 3,5	(F) 3 (%) 1,8
15. Ser envolvido ou tentativa de envolve-lo em relações sexuais anais	(F) 6 (%) 3,4	(F) 159 (%) 93	(F) 3 (%) 1,8	(F) 8 (%) 4,7	(F) 1 (%) 0,6

16. Ser envolvido em abusos com rituais de natureza satânica ou outros, ou tortura sexual	(F) 4	(F) 167	(F) 3	(F) 2	(F) 1
	(%) 2,3	(%) 96,5	(%) 1,7	(%) 1,2	(%) 0,6

Anexo E: Caracterização da amostra da investigação em termos das percentagens dos agressores

Agressor	%
Padrasto	1,4
Tio	5,6
Primo/a	16,7
Pessoa conhecida mas não amiga	20,1
Pai	3,5
Meio-irmão	1,4
Madrasta	0,7
Irmão	2,8
Irmã	1,4
Estranho	10,4
Amigo/a	52,8
Treinador/a	0,7
Professor/a	0,7
Avô	2,8
Avó	0,7
Mãe	0,7
Outros	2,1

Anexo F: Análise Fatorial confirmatória de 1ª Ordem



Anexo G: Fiabilidade

Dimensão “Penetração”:

Resumo de processamento do caso

		N	%
	Válido	177	100.0
Casos	Excluídos ^a	0	.0
	Total	177	100.0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de Fiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
.651	2

Dimensão “Genitais”:

Resumo de processamento do caso

		N	%
	Válido	177	100.0
Casos	Excluídos ^a	0	.0
	Total	177	100.0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de Fiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
.865	6

Dimensão “Outras partes do corpo”:

Resumo de processamento do caso

	N	%
Válido	177	100.0
Casos Excluídos ^a	0	.0
Total	177	100.0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de Fiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
.740	2

Dimensão “Abusos”:

Resumo de processamento do caso

	N	%
Válido	177	100.0
Casos Excluídos ^a	0	.0
Total	177	100.0

a. Exclusão de lista com base em todas as variáveis do procedimento.

Estatísticas de Fiabilidade

Alfa de Cronbach	N de itens
.894	10

Anexo H: Output Abuso/Idade

Correlações

		Penetração	Outras	Genitais	Abusos_Sexuais
Duração	Correlação de Pearson	,232*	,189	,220*	,244*
	Sig. (2 extremidades)	,022	,064	,030	,016
	N	97	97	97	97

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Correlações

		Penetração	Outras	Genitais	Abusos Sexuais
Idade_início	Correlação de Pearson	,020	-,111	-,094	-,088
	Sig. (2 extremidades)	,832	,238	,321	,350
	N	114	114	114	114

Correlações

		Penetração	Outras	Genitais	Abusos_Sexuais
Idade_fim	Correlação de Pearson	,182	,032	,088	,104
	Sig. (2 extremidades)	,056	,736	,360	,279
	N	111	111	111	111

Anexo I: Output Abuso/Género

Testes de Normalidade

	Género	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Penetração	Feminino	.466	132	.000	.341	132	.000
	Masculino	.474	45	.000	.381	45	.000
Outras	Feminino	.411	132	.000	.571	132	.000
	Masculino	.381	45	.000	.628	45	.000
Genitais	Feminino	.316	132	.000	.531	132	.000
	Masculino	.243	45	.000	.725	45	.000
Abusos_Sexuais	Feminino	.305	132	.000	.564	132	.000
	Masculino	.261	45	.000	.709	45	.000

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Hipótese	Sig.	Decisão
Não existem diferenças significativas em ambos os géneros na dimensão “Penetração”.	1,000	—
Não existem diferenças significativas em ambos os géneros na dimensão “Outras partes do corpo”.	0,515	—
Não existem diferenças significativas em ambos os géneros na dimensão “Genitais”.	0,042	Rejeitar Hipótese
Não existem diferenças significativas em ambos os géneros na dimensão “Abuso”.	0,091	—